

Positivo Informática S.A.

*Informações Trimestrais
em 30 de setembro de 2016 e relatório dos
auditores independentes sobre revisão
das informações trimestrais.*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO DAS INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Aos
Acionistas e Administradores da
POSITIVO INFORMÁTICA S.A.
Curitiba – PR

Introdução

Revisamos as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, da Positivo Informática S.A. (“Companhia”), contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referentes ao trimestre findo em 30 de setembro de 2016, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de setembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado e, do resultado abrangente para o período de três e nove meses findos naquela data e, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, para o período de nove meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração dessas informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) – Demonstração Intermediária e de acordo com a norma internacional IAS 34 – *Interim Financial Reporting*, emitida pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 – Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 – “*Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*”, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido (“DTTL”), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada “Deloitte Global”) não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende a quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 225.000 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Conclusão sobre as informações intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações financeiras intermediárias, individuais e consolidadas, incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 (R1) e o IAS 34 aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais – ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

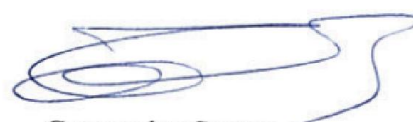
Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações individuais e consolidadas do valor adicionado (DVA), referente ao período de nove meses findos em 30 de setembro de 2016, preparadas sob a responsabilidade da administração da Companhia, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM – Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais – ITR, e como informação suplementar pelas IFRSs que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações financeiras intermediárias tomadas em conjunto.

Curitiba, 28 de outubro de 2016.



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n.º 2 SP-011.609/O-8 F-PR



Cosme dos Santos
Contador
CRC n.º. 1 RJ 078.160/O-8

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

BALANÇOS PATRIMONIAIS FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015			30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
CIRCULANTE											
Caixa e equivalentes de caixa	5	451.446	530.681	454.684	554.886	CIRCULANTE					
Instrumentos financeiros derivativos	31	979	41.067	979	41.067	Fornecedores	15	333.725	258.681	335.627	283.081
Contas a receber	6	305.895	276.355	307.088	277.784	Empréstimos - terceiros	16	482.276	634.854	504.904	666.976
Estoques	7	439.104	393.439	439.104	393.709	Instrumentos financeiros derivativos	31	42.733	-	42.733	-
Partes relacionadas	10	8.274	8.548	10.611	32.970	Salários e encargos a pagar		25.890	17.506	25.890	17.506
Impostos a recuperar	8	127.984	188.706	128.694	189.606	Provisões	17	98.865	97.218	99.081	97.434
Adiantamentos diversos		29.333	30.789	29.706	32.696	Provisões para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	5.173	5.500	5.173	5.500
Outros créditos	9	22.166	27.893	22.166	27.893	Tributos a recolher	18	19.250	11.353	19.306	11.410
		1.385.181	1.497.478	1.393.032	1.550.611	Dividendos a pagar	22.e	2	2	2	2
						Receita diferida	8 e 19	9.806	12.834	9.806	12.834
						Partes relacionadas	10	3.261	2.164	2.392	1.295
						Outras contas a pagar		2.680	5.113	2.713	5.243
								1.023.661	1.045.225	1.047.627	1.101.281
NÃO CIRCULANTE											
Realizável a longo prazo						NÃO CIRCULANTE					
Impostos a recuperar	8	126.791	118.465	126.791	118.465	Empréstimos - terceiros	16	119.133	181.604	119.133	181.604
Tributos diferidos	20	71.073	71.073	71.073	71.073	Provisões	17	11.806	18.244	12.956	19.394
Outros créditos	9	15.007	14.335	15.098	14.426	Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis	21	34.304	37.771	34.604	38.071
		212.871	203.873	212.962	203.964	Passivo a descoberto em controladas	12	456	334	456	334
						Outras contas a pagar		3.615	1.939	3.615	1.961
								169.314	239.892	170.764	241.364
						TOTAL DO PASSIVO		1.192.975	1.285.117	1.218.391	1.342.645
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Investimentos em controladas	11	13.601	11.068	-	-	Capital social	22.a	389.000	389.000	389.000	389.000
Investimento em empreendimento controlado em conjunto ("joint venture")	12	50.826	40.322	67.728	41.521	Reserva de capital	22.b	118.999	121.201	118.999	121.201
Imobilizado	13	54.463	53.203	54.463	53.203	Ajuste de avaliação patrimonial		(32.291)	(12.785)	(32.291)	(12.785)
Intangível	14	41.626	55.568	55.799	69.741	Reserva de lucros	22.d	115.304	116.446	115.304	116.446
		160.516	160.161	177.990	164.465	Lucro do Período		7.696	-	7.696	-
						Ações em tesouraria	22.f	(33.115)	(37.467)	(33.115)	(37.467)
								565.593	576.395	565.593	576.395
		373.387	364.034	390.952	368.429						
TOTAL ATIVO		1.758.568	1.861.512	1.783.984	1.919.040	TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.758.568	1.861.512	1.783.984	1.919.040

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS DOS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO

(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Nove meses findos em				Trimestres Findos em			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
RECEITA LÍQUIDA	23	1.309.811	1.158.261	1.353.896	1.346.786	413.788	379.925	413.788	442.714
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS E SERVIÇOS PRESTADOS	24	(936.551)	(937.502)	(980.182)	(1.086.170)	(280.688)	(313.460)	(280.688)	(364.181)
LUCRO BRUTO		373.260	220.759	373.714	260.616	133.100	66.465	133.100	78.533
Despesas com vendas	24	(231.087)	(188.538)	(231.087)	(221.775)	(78.134)	(60.282)	(78.134)	(71.805)
Despesas gerais e administrativas	24	(73.793)	(69.443)	(74.351)	(74.469)	(25.006)	(22.402)	(25.006)	(23.531)
Outras receitas (Despesas) operacionais líquidas		1.060	87	1.060	87	298	289	298	289
Resultado da equivalência patrimonial	11 e 12	23.609	3.701	24.510	12.499	(4.847)	3.991	(4.845)	9.611
		(280.211)	(254.193)	(279.868)	(283.658)	(107.689)	(78.404)	(107.687)	(85.436)
RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		93.049	(33.434)	93.846	(23.042)	25.411	(11.939)	25.413	(6.903)
Receitas financeiras	26	68.350	41.166	68.350	45.414	20.390	18.394	20.390	19.766
Despesas financeiras	26	(104.285)	(84.011)	(105.080)	(89.320)	(35.731)	(32.275)	(35.731)	(33.748)
Variação cambial, líquida	26	(49.418)	49.419	(49.418)	40.227	(4.603)	27.055	(4.603)	22.120
		(85.353)	6.574	(86.148)	(3.679)	(19.944)	13.174	(19.944)	8.138
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS EFEITOS TRIBUTÁRIOS		7.696	(26.860)	7.698	(26.721)	5.467	1.235	5.469	1.235
Provisão para imposto de renda e contribuição social	20	-	-	(2)	(139)	-	-	(2)	-
		-	-	(2)	(139)	-	-	(2)	-
LUCRO (PREJUÍZO) LÍQUIDO DO PERÍODO		7.696	(26.860)	7.696	(26.860)	5.467	1.235	5.467	1.235
LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO - R\$									
Básico	28	0,0903	(0,3152)	N/A	N/A	0,0641	0,0145	N/A	N/A
Diluído	28	0,0903	(0,3152)	N/A	N/A	0,0638	0,0145		

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES DOS PERÍODOS DE NOVE E TRÊS MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Nove meses findos em				Trimestres findos em			
		Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Resultado líquido do período		7.696	(26.860)	7.696	(26.860)	5.467	1.235	5.467	1.235
Outros resultados abrangentes									
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado									
Diferença de Câmbio na conversão de operações no exterior									
Variação cambial sobre investimentos no exterior									
Crounal S.A./Musfer S.A.	11	(70)	(1.409)	(70)	(1.409)	-	(981)	-	(981)
Informática Fuego S.A.	12	(14.456)	14.773	(14.456)	14.773	1.358	14.058	1.358	14.058
Positivo Inf. da Bahia/PBG Rwanda Limited	11	(709)	(145)	(709)	(145)	-	-	-	-
Hedges de Fluxo de Caixa									
Valor justo de instrumento financeiro de <i>hedge</i> de fluxo de caixa	31.c	(4.271)	(6.840)	(4.271)	(6.840)	(2.412)	(5.625)	(2.412)	(5.625)
		(19.506)	6.379	(19.506)	6.379	(1.054)	7.452	(1.054)	7.452
Resultado abrangente do período		(11.810)	(20.481)	(11.810)	(20.481)	4.413	8.687	4.413	8.687

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS PERÍODOS DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO
(Valores expressos em milhares de reais)

Controladora e Consolidado										
	Capital Social	Reserva de capital		Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva de lucros		Ações em tesouraria	Lucro (Prejuízo) do Período	Total do patrimônio líquido	
Nota		Reserva de incentivos fiscais	Opções outorgadas reconhecidas		Reserva de incentivos fiscais	Reserva legal				
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014		389.000	118.305	2.084	(7.489)	196.242	81	(37.467)	-	660.756
Prejuízo líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	(26.860)	(26.860)
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa				(6.840)						
Ajuste acumulado de conversão	11 e 12	-	-	13.219	-	-	-	-	-	13.219
Total de resultado abrangente		-	-	6.379	-	-	-	-	(26.860)	(20.481)
Opções outorgadas reconhecidas			628							628
EM 30 DE SETEMBRO DE 2015		389.000	118.305	2.712	(1.110)	196.242	81	(37.467)	(26.860)	640.903
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015		389.000	118.305	2.896	(12.785)	116.365	81	(37.467)	-	576.395
Lucro líquido do período		-	-	-	-	-	-	-	7.696	7.696
Outros resultados abrangentes:										
Hedges de fluxo de caixa	31.c	-	-	(4.271)	-	-	-	-	-	(4.271)
Ajuste acumulado de conversão	11 e 12	-	-	(15.235)	-	-	-	-	-	(15.235)
Total de resultado abrangente		-	-	(19.506)	-	-	-	-	7.696	(11.810)
Opções outorgadas reconhecidas	22.b e 32	-	-	(2.202)	-	(1.142)	-	4.352	-	1.008
EM 30 DE SETEMBRO DE 2016		389.000	118.305	694	(32.291)	115.223	81	(33.115)	7.696	565.593

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
(Prejuízo) lucro líquido do período		7.696	(26.860)	7.696	(26.860)
Reconciliação do (prejuízo) lucro líquido com o caixa (aplicado) obtido nas operações:					
	24	37.869	37.819	37.869	40.134
Depreciação e amortização		(23.609)	(3.701)	(24.510)	(12.499)
Equivalência patrimonial	11 e 12	74.309	(121.873)	74.309	(121.873)
(Ganho)/perda no valor justo		(3.794)	(4.367)	(3.794)	(4.367)
Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis		4.328	3.641	4.328	4.013
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6	8.098	(4.916)	8.098	(5.821)
Provisão (Reversão) para perdas de estoques, líquida		234	628	234	628
Stock options		-	(1.638)	-	(1.638)
(Ganho)/perda na alienação de imobilizados		76.827	54.594	77.622	55.558
Encargos sobre empréstimos	26	(112.784)	13.835	(108.708)	13.835
Variação cambial		(7.307)	-	(7.307)	-
Atualização monetária		-	-	2	139
Imposto de renda e contribuição social	20	-	-	-	-
		61.867	(52.838)	65.839	(58.751)
(Aumento) diminuição de ativos:					
Contas a receber		(33.868)	210.651	(33.632)	167.583
Estoques		(55.026)	(44.486)	(54.756)	(41.306)
Impostos a recuperar		59.703	(66.471)	59.893	(65.652)
Adiantamentos diversos		1.456	(3.252)	2.990	(4.432)
Outros créditos		4.109	16.681	4.039	5.267
Aumento (diminuição) de passivos:					
Fornecedores		86.041	37.432	63.543	34.914
Provisões e receitas diferidas		(7.819)	(38.557)	(7.819)	(29.523)
Obrigações tributárias		7.897	(12.365)	7.896	(12.911)
Imposto de renda e contribuição social, pagos		-	-	(2)	-
Outras contas a pagar		5.014	(5.901)	5.992	45
Pagamento de juros sobre empréstimos		(31.762)	(35.127)	(32.791)	(35.732)
		35.745	58.605	15.353	18.253
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		97.612	5.767	81.192	(40.498)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS					
Recebimento de dividendos	12	-	5.704	-	5.704
Integralização de capital - investida	12	(300)	-	(6.765)	-
Caixa e equivalente - Incorporação	11	-	828	-	-
Aquisição de imobilizado		(8.933)	(6.169)	(8.933)	(7.706)
Aumento do intangível	14	(11.735)	(16.203)	(11.735)	(17.722)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(20.968)	(15.840)	(27.433)	(19.724)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de empréstimos		410.008	564.352	410.008	573.533
Captação de empréstimos junto ao BNDES		1.637	53.732	1.637	57.561
Amortização de empréstimos		(569.669)	(287.693)	(578.927)	(288.348)
Partes relacionadas		1.371	(48.942)	16.625	(4.712)
Stock Options		774	-	774	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		(155.879)	281.449	(149.883)	338.034
Variação cambial sobre caixa e equivalentes		-	-	(4.078)	-
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO PERÍODO		(79.235)	271.376	(100.202)	277.812
Caixa e equivalentes no início do período		530.681	219.433	554.886	224.361
Caixa e equivalentes no final do período		451.446	490.809	454.684	502.173
(REDUÇÃO) AUMENTO NO CAIXA E EQUIVALENTES NO PERÍODO		(79.235)	271.376	(100.202)	277.812

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO PERÍODO DE NOVE MESES FINDOS EM 30 DE SETEMBRO DE 2016 E 2015

(Valores expressos em milhares de reais)

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Receitas				
Vendas de produtos e serviços	1.459.402	1.266.022	1.503.487	1.467.687
Devoluções e descontos comerciais	(61.938)	(47.945)	(61.938)	(46.765)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(4.328)	(3.641)	(4.328)	(4.013)
Outras receitas	6.804	2.304	6.804	2.363
	1.399.940	1.216.740	1.444.025	1.419.272
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	(859.160)	(861.618)	(902.791)	(1.002.250)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(121.876)	(98.429)	(122.433)	(115.481)
Comissões	(16.627)	(16.704)	(16.627)	(18.973)
Marketing	(69.056)	(36.490)	(69.056)	(52.223)
	(1.066.719)	(1.013.241)	(1.110.907)	(1.188.927)
Valor adicionado bruto	333.221	203.499	333.118	230.345
Depreciação e amortização	(37.869)	(37.819)	(37.869)	(40.134)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	295.352	165.680	295.249	190.211
Valor adicionado recebido em transferência				
Resultado de equivalência patrimonial	23.609	3.701	24.510	12.499
Receitas financeiras	123.549	241.273	123.549	253.802
	147.158	244.974	148.059	266.301
Valor adicionado total a distribuir	442.510	410.654	443.308	456.512
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	77.493	88.402	77.493	92.347
Benefícios	12.446	8.038	12.446	9.912
FGTS	8.153	11.216	8.153	11.593
	98.092	107.656	98.092	113.852
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	110.161	83.783	110.163	99.654
Estaduais	7.724	1.998	7.724	1.985
Municipais	544	411	544	511
	118.429	86.192	118.431	102.150
Remuneração de capitais de terceiros				
Juros e despesas financeiras	104.285	84.011	105.064	89.320
Aluguéis	9.391	8.968	9.391	9.890
Variação cambial	104.617	150.687	104.634	168.160
	218.293	243.666	219.089	267.370
Remuneração de capitais próprios				
Lucros (prejuízos) retidos	7.696	(26.860)	7.696	(26.860)
	7.696	(26.860)	7.696	(26.860)
Valor adicionado total distribuído	442.510	410.654	443.308	456.512

As notas explicativas são parte integrante das informações financeiras intermediárias.

POSITIVO INFORMÁTICA S.A. E EMPRESAS CONTROLADAS

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE SETEMBRO DE 2016.

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Positivo Informática S.A. ("Companhia"), fundada em 1989, possui um parque tecnológico de três unidades no município de Curitiba – PR, uma unidade no município de Ilhéus–BA. Em 28 de agosto de 2015 a Companhia incorporou a controlada direta Positivo Informática da Amazônia Ltda., constituindo dessa forma uma filial em Manaus – AM. A Companhia possui ainda uma controlada direta em Ilhéus-BA, uma controlada indireta em São Paulo – SP, uma controlada indireta em Manaus-AM. Em dezembro de 2010, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da Informática Fueguina S.A., na Argentina. Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu o controle acionário da Crounal S.A, no Uruguai, controlada esta que em 2015 adquiriu 50% da Companhia Musfer S.A. também com sede no Uruguai. Em abril de 2012, a Companhia adquiriu a controlada direta Portal Mundo Positivo Ltda. Em maio de 2014, a Companhia adquiriu a controlada em conjunto BR Code Desenvolvimento de Software S.A. Em outubro de 2014, a Companhia constituiu a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. Em janeiro de 2016, a Companhia adquiriu o controle compartilhado da investida Hit Tecnologia em Saúde Ltda.

Tem como atividades preponderantes a industrialização, comercialização e desenvolvimento de projetos na área de informática; industrialização, comercialização e locação de software e hardware; comercialização de equipamentos de informática, de sistemas de aplicação pedagógica e de administração escolar, planejamento e suporte técnico-pedagógico; representação, comercialização, implantação, treinamento e suporte, assistência técnica de equipamentos e de sistemas de ensino técnico, tecnológico e científico em diversas áreas e demais atividades correlatas.

Dentre os produtos fabricados e comercializados pela Companhia encontram-se: computadores de pequeno e médio porte, computadores portáteis, tablets, monitores, placas eletrônicas, mesas educacionais informatizadas, servidores, celulares, smartphones e softwares educacionais.

As ações da Positivo Informática S.A. são negociadas na bolsa de valores de São Paulo - BM&FBOVESPA sob observância das práticas de Governança Corporativa - Novo Mercado.

2 APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS INTERMEDIÁRIAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

A emissão das informações financeiras intermediárias foi autorizada pelo Conselho de Administração em 28 de outubro de 2016.

2.1. Base de preparação

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2016, foram preparadas de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária, e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board (IASB), e apresentam notas explicativas selecionadas, de forma a se evitar a redundância de informações já divulgadas nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de dezembro de 2015, disponibilizadas ao público em 23 de março de 2016.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas de 30 de setembro de 2016, portanto, não incorporam todas as notas e as divulgações exigidas pelas normas contábeis para demonstrações financeiras anuais e, consequentemente, devem ser lidas em conjunto com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas em CPC e IFRS de 31 de dezembro de 2015.

As informações financeiras intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas de forma consistente com as políticas contábeis divulgadas na Nota 2 das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015.

(a) Informações financeiras individuais

As informações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Pelo fato de que as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais, a partir de 2014, não diferem do IFRS aplicável às demonstrações financeiras separadas, uma vez que ele passou a permitir a aplicação do método de equivalência patrimonial em controladas nas demonstrações separadas, elas também estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)). Essas informações financeiras individuais são divulgadas em conjunto com as informações financeiras consolidadas.

(b) Informações financeiras consolidadas

As informações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)).

(c) Mudanças nas políticas contábeis e divulgações

Não há normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as informações financeiras intermediárias da Companhia.

(d) Demonstração do Valor adicionado (“DVA”)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada pela Companhia, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRS’s.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em sua primeira parte apresenta a riqueza criada pela Companhia, representada pelas receitas (receita bruta das vendas, incluindo os tributos incidentes sobre ela, as outras receitas e os efeitos da provisão para créditos de liquidação duvidosa), pelos insumos adquiridos de terceiros (custo das vendas e aquisições de materiais, energia e serviços de terceiros, incluindo os tributos incluídos no momento da aquisição, os efeitos das perdas e da recuperação de valores ativos e a depreciação e amortização) e pelo valor adicionado recebido de terceiros (participação nos lucros de coligadas, controladas e empreendimentos controlados em conjunto, receitas financeiras e outras receitas). A segunda parte da DVA apresenta a distribuição da riqueza entre pessoal, impostos, taxas e contribuições, remuneração de capitais de terceiros e remuneração de capitais próprios.

2.2. Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das informações financeiras consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais a Companhia detém o controle. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Controladas Diretas		
Positivo Informática da Bahia Ltda.	100,00	100,00
Portal Mundo Positivo Ltda.	100,00	100,00
Crounal S.A.	100,00	100,00
Controladas Indiretas		
Investidas da Positivo		
Informática da Bahia Ltda.		
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.	100,00	100,00
Boreo Indústria de Componentes Ltda	100,00	-

(b) Empreendimento controlado em conjunto

Empreendimento controlado em conjunto é a entidade sobre a qual a Companhia tem controle compartilhado com uma ou mais partes. O empreendimento controlado em conjunto é contabilizado pelo método de equivalência patrimonial e é, inicialmente, reconhecido pelo seu valor de custo. A participação nos lucros ou prejuízos é reconhecida na demonstração do resultado e a participação nas mutações das reservas é reconhecida nas reservas da Companhia. Quando a participação da Companhia nas perdas de um empreendimento controlado em conjunto for igual ou superior ao valor contábil do investimento, incluindo quaisquer outros recebíveis, a Companhia não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações ou efetuado pagamentos em nome da *joint venture*.

Os ganhos não realizados das operações entre a Companhia e seu empreendimento controlado em conjunto são eliminados na proporção da participação da Companhia. As perdas não realizadas também são eliminadas, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis da *joint venture* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

	Participação %	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Empreendimento controlado em conjunto		
Informática Fueguina S.A.	50,00	50,00
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	50,10	50,10
Hit Tecnologia em Saude Ltda	50,00	-
Investida da Positivo		
Informática da Bahia Ltda.		
PBG Rwanda Limited	50,00	50,00
Investida da Positivo		
Crounal S.A.		
Musfer S.A.	50,00	50,00

3 ESTIMATIVA E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS

As estimativas e os julgamentos contábeis críticos utilizados na preparação das presentes informações financeiras intermediárias são os mesmos descritos na nota 3 das demonstrações financeiras anuais da Companhia de 31 de dezembro de 2015.

4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES DE NORMAS QUE AINDA NÃO ESTÃO EM VIGOR

Os pronunciamentos a seguir foram emitidos pelo IASB e serão obrigatórios para exercícios contábeis subsequentes, sem a adoção antecipada por parte da Companhia. A adoção ocorrerá após a emissão de pronunciamento técnico pelo CPC e aprovação pela CVM. A Administração está avaliando os possíveis impactos destes pronunciamentos nas demonstrações financeiras:

- IFRS 9 – Instrumentos Financeiros – Emitida em julho de 2014 em sua versão final, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição a IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 estabelece novos requerimentos para a classificação e mensuração, perda por redução ao valor recuperável e contabilização de hedge dos instrumentos financeiros.
- IFRS 15 – Receitas de Contratos com Clientes – Emitida em maio de 2014, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2018, em substituição às normas atuais IAS 11 – Contratos de construção, IAS 18 – Receitas, a IFRS 15 estabelece princípios de mensuração, reconhecimento e divulgação das receitas.

- Alterações no CPC 32 – Tributos sobre o lucro - Correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 12 – Emitida em janeiro de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2017, as alterações referem-se ao reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas, e esclarece a forma de contabilização dos ativos fiscais diferidos relativos a instrumentos de dívida mensurados pelo valor justo.
- IFRS 16 – Leasing – Emitida em janeiro de 2016, com vigência em ou após 1º de janeiro de 2019, estabelece princípios para o reconhecimento mensuração apresentação e divulgação de contratos de arrendamento, e critérios para o reconhecimento de ativos e passivos decorrentes desses contratos.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes aos IFRS acima citados, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada dos pronunciamentos do IFRS está condicionada à aprovação prévia em ato normativo do Conselho Federal de Contabilidade.

Não existem outras normas e interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período findo de nove meses ou no patrimônio líquido divulgado pela Companhia.

5 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Bancos	30.184	10.623	33.421	34.828
Aplicações financeiras atreladas ao Certificado de Depósito Interbancário - CDI	421.262	520.058	421.263	520.058
	451.446	530.681	454.684	554.886

Em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro 2015, as aplicações financeiras correspondem a operações compromissadas e de Certificado de Depósito Bancário – CDB com títulos privados, em moeda nacional, sendo remuneradas em média de 100,53% da variação do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (100,66% em 31 de dezembro 2015) sendo prontamente conversíveis em um valor conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

6 CONTAS A RECEBER

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
A vencer	182.623	160.016	183.816	161.445
Vencidos até 30 dias	50.069	48.017	50.069	48.017
Vencidos de 31 a 60 dias	24.201	15.092	24.201	15.092
Vencidos de 61 a 90 dias	3.467	8.136	3.467	8.136
Vencidos de 91 a 180 dias	6.302	21.989	6.302	21.989
Vencidos de 181 a 360 dias	37.170	22.903	37.170	22.903
Vencidos há mais de 361 dias	33.444	26.000	33.444	26.000
(-) Provisão para créditos de	(27.751)	(23.423)	(27.751)	(23.423)
(-) Ajuste a valor presente	(3.630)	(2.375)	(3.630)	(2.375)
	305.895	276.355	307.088	277.784

Os valores justos das contas a receber de clientes se aproximam dos saldos apresentados acima.

Os saldos vencidos decorrentes das vendas de mercadorias à órgãos públicos, para o seu recebimento depende de processo interno de aprovação do pagamento pelos referidos órgãos. Historicamente essa situação de atraso no processo de pagamento é uma característica normal nesse segmento de vendas, previsto pela Administração dentro de sua estratégia de negócios, e não trouxe perdas relevantes para a Companhia. Portanto, os saldos vencidos ainda não representam neste momento nenhum risco relevante de perda no recebimento desses créditos, por esse motivo, a provisão foi constituída somente para casos em que há perspectiva de perda por parte da Companhia. O montante de títulos vencidos de órgãos públicos no período findo em 30 de setembro de 2016 é de R\$ 74.898 (R\$ 51.153 em 31 de dezembro de 2015).

O período médio de crédito na venda de produtos é de 79 dias, exceto vendas a órgãos públicos em que o prazo pode chegar até 180 dias.

Critério para estimativa de provisão para créditos de liquidação duvidosa - devido à concentração das vendas em poucos clientes (os 20 maiores clientes representam cerca de 77% do montante a receber em 30 de setembro de 2016, cerca de 67% em 31 de dezembro de 2015), a Companhia avalia a necessidade de provisão para perdas com créditos substancialmente através de análise individual dos créditos em atraso, conjugado com o índice de perdas históricas destes créditos. No período findo em 30 de setembro de 2016 o saldo consolidado desta provisão totalizou R\$ 27.751 (R\$ 23.423 em 31 de dezembro de 2015).

O ajuste a valor presente das contas a receber é calculado para demonstrar o valor presente de um fluxo de caixa futuro. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

Composição por vencimento dos valores vencidos e não incluídos na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Até 30 dias	50.069	48.017	50.069	48.017
31 a 60 dias	24.201	15.092	24.201	15.092
61 a 90 dias	3.467	8.136	3.467	8.136
91 a 180 dias	6.302	21.989	6.302	21.989
181 a 360 dias	35.839	18.159	35.839	18.159
acima de 361 dias	7.024	7.321	7.024	7.321
	126.902	118.714	126.902	118.714

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Saldo no início do período	23.423	16.122	23.423	16.441
Provisão - Saldo Incorporado	-	516	-	-
Perdas reconhecidas	-	(1.389)	-	(1.564)
Constituição sobre a provisão para créditos de liquidação duvidosa reconhecida	4.328	8.174	4.328	8.546
	27.751	23.423	27.751	23.423

7 ESTOQUES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Materiais	285.046	298.832	285.046	298.833
Produtos acabados	122.208	108.584	122.208	108.853
Importações em andamento	14.838	4.578	14.838	4.578
Adiantamentos a fornecedores	71.415	27.750	71.415	27.750
Provisão para perdas com estoques	(54.403)	(46.305)	(54.403)	(46.305)
	439.104	393.439	439.104	393.709

A provisão para perdas com estoques é realizada com base na avaliação das matérias-primas, estoques de vendas e produtos acabados que não possuem expectativa clara de utilização e venda. A base principal dessa avaliação é a perspectiva de realização dos estoques, segregando aqueles destinados à produção daqueles destinados à assistência técnica. A Administração estima que os estoques sejam realizados em um período inferior a 12 meses.

8 IMPOSTOS A RECUPERAR

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
ICMS	167.150	165.412	167.150	165.412
IPI	9.072	6.452	9.072	6.452
PIS	5.483	10.871	5.491	10.879
COFINS	27.041	56.354	27.080	56.392
Contribuição social	2.535	10.740	2.541	10.746
Imposto de renda	35.461	54.807	35.514	54.951
Outros impostos a recuperar	8.033	2.535	8.637	3.238
	254.775	307.171	255.485	308.071
Parcela no circulante	127.984	188.706	128.694	189.606
Parcela no não circulante	126.791	118.465	126.791	118.465

Os créditos tributários têm sua realização baseada nas reestruturações societárias ocorridas em 2015, com a incorporação da controlada Positivo da Amazônia Ltda e de mudanças ocorridas na legislação tanto Federal quanto Estadual. Essas mudanças trouxeram duas consequências nas operações: A primeira é reduzir a geração de créditos tributários, a segunda é a geração de débitos fiscais que permitirão a utilização dos créditos tributários acumulados.

ICMS

A Companhia utiliza os seguintes benefícios de Impostos Sobre Circulação de Mercadorias - ICMS:

- (i) Lei Estadual nº. 13.214/2001 e referendada pela Lei Estadual nº 15.542/2007, que estabelece redução para 7% na carga tributária dos produtos de informática para vendas dentro do estado;
- (ii) Decreto Estadual nº 5.375/2002, confirmado por Termo de Acordo de Regime Especial, que possibilita a utilização de crédito presumido do ICMS, resultando em carga tributária de 3% para produtos específicos comercializados pela Companhia (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011).
- (iii) Decreto Estadual nº 1.922/2011 entrou em vigor a partir de 01 de agosto de 2011, revogando o Artigo 3º do Decreto Estadual nº 5.375/2002 e concede crédito presumido do ICMS equivalente ao valor devido pela saída, resultando em carga tributária de 0% para produtos específicos comercializados pela Companhia.
- (iv) Decreto do Estado do Paraná nº 2.175/2015, em vigor desde de 01 de setembro de 2015, alterou o artigo 1º do Decreto nº 1.922/2011, limitando o crédito presumido em montante que não exceda o total de débitos de ICMS do estabelecimento no período de apuração.

Como resultado da fruição dos benefícios fiscais acima mencionados, no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia registrou o montante de R\$ 149.931 (R\$ 148.555 em 30 de setembro de 2015), relativo à subvenção para investimento, na conta de deduções sobre venda - Impostos sobre vendas, referente à venda de produtos industrializados e manteve o valor de R\$ 9.806 no passivo, sob a rubrica de receita diferida (R\$ 12.834 em 31 de dezembro de 2015). Este valor será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgado na Nota 14.a. O prazo do referido benefício fiscal é indeterminado.

IPI

O crédito do Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI deve-se à utilização do benefício fiscal previsto na Lei nº 8.248/1991, que concedeu a isenção do IPI posteriormente convertida em redução progressiva, sobre as saídas dos equipamentos, máquinas, aparelhos e instrumentos novos, inclusive aos de automação industrial e de processamento de dados de fabricação nacional, combinado com a manutenção e a utilização do crédito do IPI, relativo às matérias-primas, produtos intermediários e materiais de embalagem, empregados na industrialização dos bens. A redução progressiva dos percentuais sobre o referido imposto devido, prevista em lei, obedece ao seguinte calendário:

- . Redução de 95% (noventa e cinco por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2004 até 31 de dezembro de 2024.
- . Redução de 90% (noventa por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2025 até 31 de dezembro de 2026.

Redução de 70% (setenta por cento) do imposto devido, de 1º de janeiro de 2027 até 31 de dezembro de 2029, quando será extinta a redução.

Para usufruir do referido benefício, a Companhia deve investir anualmente cerca de 5% do faturamento bruto de bens e serviços de informática incentivados, em atividades de pesquisa e desenvolvimento e tecnologia de informação calculados de acordo com a Lei nº 8.248/1991 e suas alterações. A Companhia anualmente deve apresentar ao Ministério da Ciência e Tecnologia evidências de que cumpre essa exigência de investimento.

9 OUTROS CRÉDITOS

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Despesas antecipadas (a)	7.080	10.799	7.080	10.799
Depósitos judiciais	20.459	19.569	20.550	19.660
Juros a apropriar	6.517	4.312	6.517	4.312
Outros	3.117	7.548	3.117	7.548
	37.173	42.228	37.264	42.319
Parcela circulante	22.166	27.893	22.166	27.893
Parcela não circulante	15.007	14.335	15.098	14.426

- (a) Em 30 de setembro de 2016 a Companhia possui créditos a serem compensados com gastos de propaganda e publicidade, no valor de R\$ 4.025 (R\$ 10.181 em 31 de dezembro de 2015), registrados na conta de despesa antecipada de propaganda. A Administração considera que a realização será em período inferior a 12 (doze) meses.

10 PARTES RELACIONADAS

Transações comerciais

	Controladora							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	552	473 (a)	287	14	576	1.196 (f)	747	175 (f)
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	22	23 (a)	232	303	-	-	-	- (i)
Editora Positivo Ltda.	2.514	3.128 (c)	233	214 (d)	6.475	7.570 (e)	66	286 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	156	149 (a)	5	15 (b)	11	138 (a)	2	54 (b)
Positivo Educacional Ltda.	-	- (a)	-	-	12	110	1.162	636 (j)
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	690	749	-	-	6.071	8.046 (e)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	15	12 (j)	-	-	-	-	-	-
Boreo Com. de Equipamentos Ltda.	3.867	3.860 (i)	-	-	-	-	-	-
Informática Figueira S.A.	218	10 (k)	9	-	2	-	-	-
Portal Mundo Positivo Ltda.	-	-	536	536	-	-	-	-
Crounal S.A.	-	-	333	333	-	-	-	6.482 (g)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	930	893 (l)	-	-	-	-	397	3.643 (l)
Hit Tecnologia em Saúde Ltda.	-	-	936	- (m)	-	-	1.446	- (m)
Positivo Informática da Amazônia Ltda - Incorporada em 28/08/2015	-	-	-	-	-	123.627 (g)	-	25.855 (h)
	8.274	8.548	3.261	2.164	7.076	132.641	9.891	45.177

	Consolidado							
	Ativo		Passivo		Vendas e serviços		Compras e serviços	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Circulante								
Centro de Estudos Superiores Positivo Ltda.	552	473 (a)	287	14	576	1.225 (f)	747	175 (f)
Sociedade Educacional Positivo Ltda.	22	23 (a)	232	303	-	-	-	-
Editora Positivo Ltda.	2.514	3.128 (c)	233	214 (d)	6.475	9.092 (c)	66	286 (d)
Gráfica e Editora Posigraf S.A.	156	149 (a)	5	15	11	139 (a)	2	54 (b)
Positivo Educacional Ltda.	-	- (a)	-	-	12	110	1.162	636 (i)
Rosch Administração de Bens Ltda.	-	-	690	749	-	-	6.071	8.046 (e)
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	930	893	-	-	-	-	397	3.643 (l)
PBG Rwanda Limited	6.219	17.513 (g)	-	-	21.848	8.887 (g)	-	-
Hlt Tecnologia em Saúde Ltda	-	-	936	- (m)	-	-	1.446	- (m)
Informática Pinguim S.A.	218	10.791 (k)	9	-	10.302	23.797 (k)	-	-
	10.611	32.970	2.392	1.295	39.224	43.250	9.891	12.840

As transações entre partes relacionadas acontecem em condições de preços e prazos pactuados entre as partes.

(a) Vendas de micro-computadores

São transações de comercialização de micro-computadores produzidos pela Companhia, que realiza vendas para todas as partes relacionadas.

(b) Produtos e serviços gráficos - Gráfica e Editora Posigraf S.A.

Refere-se à compras de produtos e serviços gráficos realizadas pela Companhia.

(c) Direitos autorais - Editora Positivo Ltda.

Os direitos autorais são referentes à disponibilização, pela Positivo Informática S.A., de acessos aos sítios na internet denominados "Portal Positivo", "Portal Aprende Brasil" e a plataforma multimídia denominada "Positivo Digital" aos clientes indicados pela Editora Positivo Ltda., bem como acesso a livros digitais aos clientes da área de ensino particular e o fornecimento de acesso a conteúdos digitais através de links inseridos nos livros impressos.

A Companhia disponibiliza o acesso ao "Portal Positivo" e livros digitais para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema Positivo de Ensino, denominado SPE, e o acesso ao "Portal Aprende Brasil" para todas as instituições conveniadas pela Editora Positivo ao Sistema de Ensino Aprende Brasil, denominado SABE.

Conforme contratos firmados, a Companhia recebe remuneração específica pelo acesso ao "Portal Positivo" no montante de R\$ 3.555 por ano, dividida em doze parcelas mensais e pelo acesso ao "Portal Aprende Brasil" de R\$ 945 por ano, dividida em doze parcelas mensais.

Em 13 de julho de 2015, a Editora Positivo Ltda contratou a Companhia para o desenvolvimento de plataforma multimídia com conteúdo educacional denominada "Positivo Digital". O valor total do contrato é R\$ 9.390 sendo R\$ 7.500 pelos serviços de desenvolvimento (saldo remanescente - 15 parcelas mensais de R\$ 222) e R\$ 1.890 pela transferência dos direitos autorais e patrimoniais a contratante (saldo remanescente 3 parcelas mensais de R\$ 63).

(d) Serviços editoriais

Referem-se à contratação de serviços editoriais, os quais são aplicados nos produtos gráficos produzidos pela Gráfica e Editora Posigraf S.A. e demais gráficas contratadas pela Companhia.

(e) Aluguel - Rosch Administradora de Bens Ltda.

A Companhia possui contrato de aluguel de unidades industriais com parte relacionada que expira a cada seis anos no valor mensal de R\$ 675. O valor é reajustado anualmente, por índice previsto em contrato. Além disso, o valor é passível de repactuação, mediante a formalização de aditivo contratual em caso de ampliação das áreas construídas para aumento da capacidade produtiva e introdução de benfeitorias pela locadora.

(f) Convênio - Centro de Estudos Superiores Positivo

A Companhia firmou convênio com a Universidade Positivo referente ao programa de cooperação e intercâmbio científico e tecnológico, amparado pela legislação brasileira, Lei nº 11.077/2004 e Decreto nº 5.906/2006, relativa à capacitação e competitividade do setor de tecnologia da informação, abrangendo atividades de pesquisa, desenvolvimento e serviços científicos e tecnológicos, formação e treinamento de recursos humanos, absorção e transferência de tecnologias, aprimoramento e otimização do uso da infra-estrutura laboratorial.

(g) Venda

A Companhia e suas controladas realizam vendas de insumos para produção para suas controladas e controladas em conjunto.

(h) Compra

A Companhia efetua compra de produtos acabados da controlada para posterior revenda a clientes.

(i) Rateio de despesas

Rateio de despesas administrativas e serviços compartilhados com a Sociedade Educacional Positivo Ltda., Gráfica e Editora Posigraf S.A. e Editora Positivo Ltda. Despesas estas relativas ao uso compartilhado do departamento de compras de materiais de expediente, departamento pessoal e departamento de informática, além de reembolso de aluguel, energia, água e telefone da sede onde funciona a área de Tecnologia Educacional. O valor do rateio é apurado pelo custo efetivo, rateado em função da utilização dos recursos disponíveis.

(j) Conta corrente - Positivo Informática da Bahia Ltda e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda.

A Companhia mantém operação de conta corrente com a Positivo Informática da Bahia Ltda e Boreo Comércio de Equipamentos Ltda, com finalidade de controlar a pluralidade de lançamentos, créditos e débitos, habituais existentes entre as partes oriundos de operações mercantis. Tal conta corrente não tem prazo previsto para liquidação, como também a incidência de encargos financeiros.

(k) Informática Fueguina S.A.

Os saldos em aberto são oriundos de operações mercantis de venda de insumos para produção, respeitando os prazos estabelecidos em cada operação.

(l) Serviços de desenvolvimento

Refere-se a contratação de serviços de desenvolvimento de softwares e aplicativos utilizados na produção, comercialização e em melhorias operacionais.

(m) Desenvolvimento de sistemas e tecnologia na área da saúde

Refere-se a contratação de serviços técnicos de desenvolvimento de softwares, hardwares, aplicativos e equipamentos voltados para a área médica.

Remuneração da administração

O montante reconhecido no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, como remuneração dos administradores, foi de R\$ 5.300 (R\$ 6.089 em 30 de setembro de 2015), referente a benefícios de curto prazo. A Assembleia Geral Ordinária de 29 de abril de 2016 aprovou para o exercício de 2016, a remuneração dos administradores até o máximo de R\$ 9.493 (R\$ 11.780 em 2015).

11 INVESTIMENTOS EM CONTROLADAS

		Controladora		
		Saldo em	Resultado de	Ajuste de
		31/12/2015	equivalência	avaliação
			patrimonial	patrimonial
				Saldo em
				30/09/2016
Investimentos				
Portal Mundo Positivo Ltda.	(c)	685	-	-
Positivo Informática da Bahia Ltda.	(a)	9.314	3.840	(709)
Crounal S.A.	(b)	1.069	(528)	(70)
		11.068	3.312	(779)
				13.601

A participação em controladas (diretas e indiretas) está demonstrada na nota 2.2 (a).

A participação da Companhia nos ativos, passivos, patrimônios líquidos e resultados nas controladas diretas e indiretas, todas de capital fechado, são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
30 de setembro de 2016					
Positivo Informática da Bahia Ltda.	18.530	6.085	12.445	-	3.840
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	24.426	23.955	471	44.085	(528)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	115	6.093	(5.978)	-	-
31 de dezembro de 2015					
Positivo Informática da Amazônia Ltda.	-	-	-	269.961	(8.964)
Positivo Informática da Bahia Ltda.	15.396	6.082	9.314	1.387	2.111
Portal Mundo Positivo Ltda.	687	2	685	-	-
Crounal S.A.	57.042	55.973	1.069	73.366	(1.084)
Boreo Comércio de Equipamentos Ltda. (Controlada indireta)	115	6.093	(5.978)	-	-

(a) Positivo Informática da Bahia Ltda.

Em 08 de abril de 2008, a Companhia constituiu a controlada direta Positivo Informática da Bahia Ltda., que iniciou suas atividades em 2009. Naquele exercício, esta controlada direta realizou a aquisição da Boreo Comércio de Equipamentos Ltda e em 29 de junho de 2016 constituiu em Manaus-AM a controlada direta Boreo Indústria de Componentes Ltda com Capital Social de R\$ 10.

(b) Crounal S.A.

Em fevereiro de 2011, a Companhia adquiriu a controlada direta Crounal S.A., cuja sede é em Montevideo – Uruguai. O objeto social desta controlada é o mesmo da controladora.

(c) Portal Mundo Positivo Ltda.

Em 09 de abril de 2012, a Companhia, em sociedade com sua controlada Positivo Informática da Amazônia Ltda., adquiriu a empresa Portal Mundo Positivo Ltda. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Com a incorporação da Positivo Informática da Amazônia Ltda a Companhia passou a deter a integralidade do investimento nesta sociedade.

12 INVESTIMENTO EM EMPREENDIMENTO CONTROLADO EM CONJUNTO ("JOINT VENTURE")

a) Controladora

	Controladora				
	Saldo em 31/12/2015	Capital Social	Mais valia investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial
Empreendimento controlado em conjunto					Saldo em 30/09/2016
Informática Figueira S.A. (a)	40.322	-	-	20.419	(14.456)
Hit Tecnologia em Saúde Ltda (d)	-	300	4.241	-	-
	40.322	300	4.241	20.419	(14.456)

	Controladora		
	Saldo em 31/12/2015	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 30/09/2016
Provisão para passivo a descoberto			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(334)	(122)	(456)
	(334)	(122)	(456)

b) Consolidado

	Consolidado					
	Saldo em 31/12/2015	Capital Social	Mais valia investimento	Resultado de equivalência patrimonial	Ajuste de avaliação patrimonial	Saldo em 30/09/2016
Empreendimento controlado em conjunto						
Informática Fuegoína S.A. (a)	40.322	-	-	20.419	(14.456)	46.285
PBG Rwanda Limited (c)	1.199	-	-	3.842	(709)	4.332
Musfer S.A. (e)	-	12.199	-	371	-	12.570
Hit Tecnologia em Saude Ltda (d)	-	300	4.241	-	-	4.541
	41.521	12.499	4.241	24.632	(15.165)	67.728

	Consolidado		
	Saldo em 31/12/2015	Resultado de equivalência patrimonial	Saldo em 30/09/2016
Provisão para passivo a descoberto			
BR Code Desenvolvimento de Software S.A. (b)	(334)	(122)	(456)
	(334)	(122)	(456)

A participação em Controladas em conjunto ("Joint Venture") está demonstrada na nota 2.2 (b).

(a) Informática Fuegoína S.A.

Em 03 de dezembro de 2010, a Companhia constituiu uma *Joint Venture* com a empresa argentina BGH *Sociedad Anónima* ("BGH"), a qual tem por objeto a fabricação e a comercialização de produtos de informática (*desktops, notebooks, all-in-ones, e-books e tablets*) na Argentina e no Uruguai.

Para a constituição da *Joint Venture*, a Companhia adquiriu 50% (cinquenta por cento) do capital social da sociedade argentina Informática Fuegoína S.A., que era de titularidade direta e indireta da BGH. Não houve pagamento de ágio na aquisição.

(b) BR Code Desenvolvimento de Software S.A.

Em 23 de maio de 2014, a Companhia, adquiriu integralmente a empresa BR Code Desenvolvimento de Software S.A., cujo capital social é de R\$ 50, e que tem como objetivo social o desenvolvimento de softwares, a prestação de serviços de manutenção e atualização e softwares, licenciamento e cessão de direitos de uso de software. Não houve pagamento de ágio na aquisição. Em outubro de 2014 foi assinado acordo de acionistas com o controle compartilhado, junto ao grupo BORQS, passando assim, o investimento de controlada para investimento em empreendimento controlado em conjunto ("Joint Venture").

(c) PBG Rwanda Limited

Em 10 de outubro de 2014, a Companhia constituiu em parceria com o Grupo BGH a controlada em conjunto PBG Rwanda Limited. A controlada em conjunto celebrou, em 15 de novembro de 2014, contrato com o governo de Ruanda para produção e venda de dispositivos educacionais sob a marca Positivo BGH no mercado local.

(d) Hit Tecnologia em Saúde Ltda

Em 04 de janeiro de 2016, a Companhia adquiriu 50% do capital social da empresa Hit Tecnologia em Saúde Ltda pelo valor de R\$ 300. Na aquisição a Companhia obteve um ganho por compra vantajosa (deságio) baseado no valor justo de ativos imobilizados e intangíveis da investida, no valor de R\$ 4.242. O ganho foi registrado no resultado do período da Companhia, conforme estabelece o CPC 15 – Combinação de Negócios.

(e) Musfer S/A

Em 20 de agosto de 2015 a Companhia através da controlada Crounal S/A realizou a subscrição de 50% das ações da *trading* Musfer S/A, tendo efetivado a integralização de suas quotas em 28 de junho de 2016 no valor de R\$ 12.199 sendo R\$ 6.465 em espécie e R\$ 5.734 mediante a cessão de recebíveis.

A participação da Companhia no ativo, passivo, patrimônio líquido e resultado nos empreendimentos controlados em conjunto são conforme segue:

	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita líquida	Lucro líquido (prejuízo)
30 de setembro de 2016					
Informática Figueira S.A.	95.737	49.452	46.285	126.917	20.419
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	152	608	(456)	184	(122)
PBG Rwanda Limited	25.304	20.972	4.332	33.676	3.842
Hit Tecnologia em Saúde	5.396	855	4.541	-	-
Musfer S.A.	21.460	8.890	12.570	10.778	371
31 de dezembro de 2015					
Informática Figueira S.A.	167.857	127.535	40.322	238.382	6.654
BR Code Desenvolvimento de Software S.A.	321	655	(334)	2.105	(93)
PBG Rwanda Limited	20.200	19.001	1.199	28.418	1.081

13 IMOBILIZADO

Custo	Controladora						
	31/12/2014	Adições	Transf/Baixas	Incorporação	31/12/2015	Adições	Transf/Baixa
Máquinas e equipamentos	58.131	1.472	(1.568)	1.789	59.824	359	-
Benfeitorias s/ imóvel locado	18.410	26	971	1.184	20.591	3.722	(1.187)
Hardware	35.491	1.662	(271)	561	37.443	483	1.042
Móveis e utensílios	6.544	991	34	340	7.909	69	-
Instalações industriais	6.974	7.398	-	1.761	16.133	7.514	-
Edificações	2.000	-	-	-	2.000	-	-
Outros imobilizados	1.100	2.399	(233)	5	3.271	42	(2.210)
	128.650	13.948	(1.067)	5.640	147.171	12.189	(2.355)
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(29.435)	(7.756)	764	(589)	(37.016)	(5.531)	-
Benfeitorias s/ imóvel locado	(8.504)	(2.498)	36	(405)	(11.371)	(1.359)	1.187
Hardware	(32.804)	(3.792)	2.320	(468)	(34.744)	(1.990)	1.168
Móveis e utensílios	(4.395)	(621)	31	(147)	(5.132)	(498)	-
Instalações industriais	(3.939)	(1.033)	26	(239)	(5.185)	(1.535)	-
Edificações	(547)	-	80	-	(467)	-	-
Outros imobilizados	(30)	(21)	-	(2)	(53)	(16)	-
	(79.654)	(15.721)	3.257	(1.850)	(93.968)	(10.929)	2.355
Valor líquido	48.996	(1.773)	2.190	3.790	53.203	1.260	-
							54.463

	Consolidado						
	31/12/2014	Adições	Transferências	31/12/2015	Adições	Transf/Baixa	30/09/2016
Custo							
Máquinas e equipamentos	58.878	1.508	(562)	59.824	359	-	60.183
Benfeitorias s/ imóvel locado	19.555	49	987	20.591	3.722	(1.187)	23.126
Hardware	36.042	1.662	(261)	37.443	483	1.042	38.968
Móveis e utensílios	6.755	1.083	71	7.909	69	-	7.978
Instalações industriais	7.351	8.784	(2)	16.133	7.514	-	23.647
Edificações	2.000	-	-	2.000	-	-	2.000
Outros imobilizados	1.106	2.399	(234)	3.271	42	(2.210)	1.103
	131.687	15.485	(1)	147.171	12.189	(2.355)	157.005
Depreciação							
Máquinas e equipamentos	(29.868)	(7.911)	763	(37.016)	(5.531)	-	(42.547)
Benfeitorias s/ imóvel locado	(8.802)	(2.606)	37	(11.371)	(1.359)	1.187	(11.543)
Hardware	(33.246)	(3.818)	2.320	(34.744)	(1.990)	1.168	(35.566)
Móveis e utensílios	(4.516)	(647)	31	(5.132)	(498)	-	(5.630)
Instalações industriais	(4.121)	(1.090)	26	(5.185)	(1.535)	-	(6.720)
Edificações	(547)	-	80	(467)	-	-	(467)
Outros imobilizados	(31)	(22)	-	(53)	(16)	-	(69)
	(81.131)	(16.094)	3.257	(93.968)	(10.929)	2.355	(102.542)
			-				
Valor líquido	50.556	(609)	3.256	53.203	1.260	-	54.463

No período findo em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 a Companhia não possui bens do ativo imobilizado dados em garantia.

14 INTANGÍVEL

	Controladora						
	31/12/2014	Adições	Baixas/Tranf.	Incorporação	31/12/2015	Adições	30/09/2016
Custo						-	
Projetos de desenvolvimento (a)	138.305	50.355	1.413	13.966	204.039	10.844	214.883
Projetos sistema - ERP	45.987	138	4	-	46.129	-	46.129
Software	16.241	2.296	(45)	85	18.577	891	19.468
Licenças de uso	6.026	131	(2.894)	-	3.263	-	3.263
	206.559	52.920	(1.522)	14.051	272.008	11.735	283.743
Amortização							
Projetos de desenvolvimento	(95.437)	(44.894)	(5.614)	(7.987)	(153.932)	(23.525)	(177.457)
Projetos sistema - ERP	(44.179)	(3.266)	2.842	-	(44.603)	(840)	(45.443)
Software	(13.387)	(1.374)	46	(50)	(14.765)	(1.278)	(16.043)
Licenças de uso	(6.026)	(15)	2.901	-	(3.140)	(34)	(3.174)
	(159.029)	(49.549)	175	(8.037)	(216.440)	(25.677)	(242.117)
Valor líquido	47.530	3.371	(1.347)	6.014	55.568	(13.942)	41.626

	Consolidado					
	31/12/2014	Adições	Baixas/Tranf.	31/12/2015	Adições	30/09/2016
Custo						
Projetos de desenvolvimento (a)	140.143	51.856	12.040	204.039	10.844	214.883
Projetos sistema - ERP	45.629	138	362	46.129	-	46.129
Software	16.297	2.314	(34)	18.577	891	19.468
Licenças de uso	6.026	131	(2.894)	3.263	-	3.263
Outros	10.989	-	(10.989)	-	-	-
Ágio em controlada (b)	14.173	-	-	14.173	-	14.173
	<u>233.257</u>	<u>54.439</u>	<u>(1.515)</u>	<u>286.181</u>	<u>11.735</u>	<u>297.916</u>
Amortização						
Projetos de desenvolvimento	(98.757)	(46.830)	(8.345)	(153.932)	(23.525)	(177.457)
Projetos sistema - ERP	(43.821)	(3.266)	2.484	(44.603)	(840)	(45.443)
Software	(13.436)	(1.376)	47	(14.765)	(1.278)	(16.043)
Licenças de uso	(6.025)	(15)	2.900	(3.140)	(34)	(3.174)
Outros	(3.082)	-	3.082	-	-	-
	<u>(165.121)</u>	<u>(51.487)</u>	<u>168</u>	<u>(216.440)</u>	<u>(25.677)</u>	<u>(242.117)</u>
Valor líquido	68.136	2.952	(1.347)	69.741	(13.942)	55.799

(a) Gastos com desenvolvimento de projetos

A Companhia se beneficia dos incentivos fiscais concedidos para os segmentos de informática e automação previstas na Lei nº 8.248/1991, conhecida como Lei da Informática, regulamentada pelo Decreto nº 792, de 23 de outubro de 1991. A referida Lei foi alterada pela Lei 10.176, de 11 de janeiro de 2001, regulamentada pelo Decreto 3.800, de 20 de abril de 2001, a qual no ano de 2004 foi novamente alterada pela Lei nº 11.077 de 30 de dezembro de 2004, regulamentado pelo Decreto 5.906/2006 de 26 de setembro de 2006.

Para fazer jus ao benefício, as empresas de desenvolvimento ou produção de bens e serviços de informática devem investir, anualmente, em atividades de desenvolvimento em tecnologia da informação a serem realizadas no país, percentual mínimo de 5% do faturamento bruto no mercado interno, decorrente da comercialização de bens e serviços de informática incentivados na forma da Lei, sendo que, do faturamento bruto são deduzidos as vendas de mercadorias, os tributos correspondentes, bem como o valor das aquisições de produtos incentivados na forma da lei. Os percentuais para investimento têm sua base reduzida em 20% até 2029, complementada por redução adicional de 25% até 31 de dezembro de 2029.

A obrigação de investimentos prevista para o exercício de 2016 é de R\$ 49.255. De janeiro a setembro de 2016 foram investidos R\$ 25.629 e a totalidade da obrigação, se necessário, pode ser cumprida até o primeiro trimestre de 2017. Os dispêndios são aplicados no aperfeiçoamento dos produtos existentes e no desenvolvimento de novos produtos, compreendem essencialmente: mão-de-obra direta e indireta, encargos, softwares, serviços de consultoria, materiais, infra-estrutura, viagens, e outros correlatos. A amortização do investimento foi fixada, substancialmente, em 3 anos com base no histórico de recuperabilidade dos projetos.

A amortização destes projetos foi contabilizada na conta de custo dos produtos vendidos.

(b) Ágio

Em dezembro de 2009, a controlada Positivo Informática da Bahia Ltda. formalizou a aquisição da empresa Boreo Comércio de Equipamentos Ltda., gerando um ágio de R\$ 14.173, registrado na adquirente e fundamentado na expectativa de geração de rentabilidade futura.

O valor recuperável do ágio é determinado com base no cálculo do valor em uso utilizando as projeções dos fluxos de caixa com base em orçamento financeiro de cinco anos aprovados pela Administração e a taxa de desconto de 16,41% ao ano.

15 FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Fornecedores - mercado externo	274.062	168.166	275.280	191.882
Fornecedores - mercado interno	50.966	67.027	51.650	67.711
Direitos autorais e licenças de uso a pagar	12.710	26.010	12.710	26.010
Juros a apropriar AVP Fornecedores	(4.013)	(2.522)	(4.013)	(2.522)
	333.725	258.681	335.627	283.081

Os Direitos autorais e licenças de uso a pagar, representam obrigação pela aquisição de uso de direito de *softwares* da *Microsoft Corporation*. Tais direitos estão formalizados através de *license agreement* celebrados entre as partes e são renovados periodicamente. O prazo médio de pagamento para fornecedores é de 80 dias. O ajuste a valor presente das contas a pagar aos fornecedores é calculado para demonstrar a obrigação do fluxo de caixa futuro descontado a valor presente. A Companhia considera o prazo de pagamento de cada transação a prazo, e calcula o desconto desta transação utilizando a taxa do CDI (Certificados de Depósito Interbancário) como referência.

16 EMPRÉSTIMOS

	Taxa média contratual (a.a.)	Taxa swap média em % CDI	Vencimento	Garantias	Controladora		Consolidado	
					30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ao custo amortizado								
Passivo Circulante								
Capital de Giro	3,22% + VC	110,30%	04/03/2016	Nota promissória	-	39.058	-	39.058
Capital de Giro	3,03% + VC	118,80%	08/03/2016	Nota promissória	-	32.321	-	32.321
Capital de Giro	3,87%+VC	115,80%	11/05/2016	Nota promissória	-	15.827	-	15.827
Capital de Giro	3,98%+VC	127,18%	22/06/2016	Nota promissória	-	39.101	-	39.101
Capital de Giro	2,98%+VC	110,04%	13/05/2016	Nota promissória	-	31.818	-	31.818
Capital de Giro	3,14%+VC	113,40%	20/05/2016	Nota promissória	-	37.804	-	37.804
Capital de Giro	3,12% + VC	106,95%	08/08/2016	Nota promissória	-	39.518	-	39.518
Capital de Giro	4,79%+VC	129,95%	08/11/2016	Nota promissória	9.512	-	9.512	-
Capital de Giro	5,24%+VC	118,00%	29/11/2016	Nota promissória	23.721	27.445	23.721	27.445
Capital de Giro	5,27%+VC	118,00%	06/12/2016	Nota promissória	66.493	76.932	66.493	76.932
Capital de Giro	5,30%+VC	118,00%	09/12/2016	Nota promissória	23.707	27.414	23.707	27.414
Capital de Giro	6,82%+VC	147,94%	08/05/2017	Nota promissória	41.561	-	41.561	-
Capital de Giro	4,62%	-	De 03/02/2016 a 07/03/2016	Nota promissória	-	-	22.628	32.122
Capital de Giro	1,12%+CDI	-	De 18/06/2017 a 29/12/2017	Nota promissória	7.265	7.512	7.265	7.512
Capital de Giro	2,04%+CDI	-	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	4.864	3.914	4.864	3.914
Capital de Giro	2,70%+CDI	-	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória	3.469	3.463	3.469	3.463
Capital de Giro	122%CDI	-	02/07/2018	Estoque/Duplicatas	20.449	20.250	20.449	20.250
Capital de Giro	3,89% + CDI	-	De 29/06/2018 a 31/07/2018	N/A	11.279	-	11.279	-
Securitização de contas a pagar (b)	19,84%	-	Até 05/01/2016	N/A	-	6.029	-	6.029
Capital de Giro	18,72%	132,50%	16/08/2016	Nota promissória	-	74.480	-	74.480
Capital de Giro	18,82%	129,65%	22/12/2016	Nota promissória	36.746	-	36.746	-
Capital de Giro	-	136,00%	14/02/2017	Nota promissória	71.637	-	71.637	-
FINEP	5%+TR	-	15/05/2024	Carta fiança	303	-	303	-
BNDES - FINAME	4,94%	-	Até 15/06/2018	Alienação Fiduciária	23.576	30.477	23.576	30.477
BNDES	(a) 8,14%	-	Até 15/04/2019	Carta Fiança	44.714	50.388	44.714	50.388
FINIMP	2,11%+VC	103,75%	05/02/2016	Nota promissória	-	10.214	-	10.214
FINIMP	2,19%+VC	92,00%	24/02/2016	Nota promissória	-	3.989	-	3.989
FINIMP	2,19%+VC	107,90%	02/03/2016	Nota promissória	-	11.681	-	11.681
FINIMP	2,81%+VC	100,55%	16/05/2016	Nota promissória	-	22.514	-	22.514
FINIMP	2,81%+VC	100,75%	23/05/2016	Nota promissória	-	20.928	-	20.928
FINIMP	3,15%+VC	109,60%	06/02/2017	Nota promissória	34.235	-	34.235	-
FINIMP	3,30%+VC	111,26%	08/02/2017	Nota promissória	6.116	-	6.116	-
FINIMP	3,26%+VC	111,85%	17/02/2017	Nota promissória	2.354	-	2.354	-
FINIMP	3,32%+VC	111,25%	24/02/2017	Nota promissória	6.921	-	6.921	-
FINIMP	3,43%+VC	112,85%	22/03/2017	Nota promissória	5.980	-	5.980	-
FINIMP	3,15%+VC	108,45%	14/11/2016	Nota promissória	17.456	-	17.456	-
FINIMP	3,15%+VC	106,17%	21/11/2016	Nota promissória	18.837	-	18.837	-
Arrendamento mercantil financeiro	3,80%+CDI	-	36 meses	Alienação Fiduciária	1.081	1.777	1.081	1.777
					482.276	634.854	504.904	666.976
Passivo não circulante								
BNDES	(a) 8,14%	-	Até 15/04/2019	Carta fiança	68.486	100.926	68.486	100.926
Capital de Giro	1,12%+ CDI	-	De 18/06/2017 a 29/12/2017	Nota promissória	945	4.058	945	4.058
Capital de Giro	2,04%+CDI	-	De 29/09/2019 a 19/12/2019	Nota promissória	5.741	8.324	5.741	8.324
Capital de Giro	2,70%+CDI	-	De 30/09/2018 a 31/12/2018	Nota promissória	2.804	4.274	2.804	4.274
Capital de Giro	122%CDI	-	02/07/2018	Estoque/Duplicatas	16.667	32.061	16.667	32.061
Capital de Giro	3,89% + CDI	-	De 29/06/2018 a 31/07/2018	N/A	8.518	-	8.518	-
FINEP	5%+TR	-	15/05/2024	Carta fiança	11.064	11.192	11.064	11.192
BNDES - FINAME	4,94%	-	Até 15/06/2018	Alienação Fiduciária	4.908	20.769	4.908	20.769
					119.133	181.604	119.133	181.604
Total de empréstimos e financiamentos					601.409	816.458	624.037	848.580

Nos empréstimos e financiamentos da Companhia e empresas controladas não consta nenhuma cláusula restritiva ("covenants") que esteja atrelada ao cumprimento de indicadores financeiros.

Os valores contábeis de empréstimos e financiamentos da Companhia se aproximam com seus valores justos, exceto linhas captadas junto ao BNDES que apresentam condições diferenciadas com relação a prazos e custos.

(a) BNDES

No exercício de 2010, a Companhia firmou contrato para obtenção de linhas especiais de financiamento junto ao BNDES, no montante de até R\$ 147.000, os quais foram captados integralmente e direcionados para atividades inovadoras.

Durante o exercício de 2013, a Companhia aprovou a contratação de nova linha de empréstimo junto ao BNDES, no montante de até R\$ 173.093 com prazo de amortização total de 6 anos. Os recursos serão destinados majoritariamente ao plano de inovação da Companhia, com foco em atividades de pesquisa e desenvolvimento, novos produtos, convergência digital e smartphones. Adicionalmente, uma parte dos recursos apoiará a modernização da infraestrutura industrial e de TI da Companhia. Os recursos foram integralmente captados em tranches, de acordo com a evolução dos projetos e respectivas comprovações junto ao BNDES e possuem carência durante os primeiros 24 meses. Durante o período findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia captou o montante de R\$ 1.637.

(b) Securitização de contas a pagar

Compreende operação de “risco sacado”, que consiste na antecipação por parte dos fornecedores de títulos em aberto, onde o banco antecipa o valor para o fornecedor na data da solicitação e recebe posteriormente na data de vencimento o valor devido pela Companhia. Todas as operações em aberto em 31 de dezembro de 2015 foram liquidadas no primeiro trimestre de 2016.

Os vencimentos de empréstimos de longo prazo são como seguem:

Ano	Controladora e consolidado
2017	24.390
2018	66.756
2019	19.851
2020	1.844
2021	1.836
Acima de 2022	4.456
Total	119.133

17 PROVISÕES

		Controladora		Consolidado	
		30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Passivo Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	44.795	52.846	45.012	53.062
Provisão para comissões	(c)	18.710	18.730	18.710	18.730
Provisão para rebate	(d)	4.767	2.613	4.767	2.613
Provisão para VPC	(b)	13.256	9.699	13.256	9.699
Provisão para royalties	(e)	13.300	1.683	13.300	1.683
Outras provisões		4.037	11.647	4.036	11.647
		98.865	97.218	99.081	97.434
Passivo Não Circulante					
Provisão para garantias e assistência técnica	(a)	11.806	18.244	12.956	19.394
		110.671	115.462	112.037	116.828

(a) Provisão para garantias e assistência técnica

Com base no número de computadores em garantia e no prazo de cada garantia concedida sobre estas máquinas e, adicionalmente, em função do histórico recente de frequência de atendimentos por máquina e do custo médio por atendimento de assistência técnica, estimou-se o valor da provisão necessária para fazer frente à obrigação total assumida, em relação aos equipamentos em garantia nas respectivas datas base.

(b) Provisão para VPC - Verba de Propaganda Cooperada

Os valores provisionados como verba de propaganda cooperada são calculados com base em percentuais acordados entre as partes e se trata de verbas para inserções promocionais e exposição dos produtos da Companhia. Os percentuais dessa verba são negociados individualmente com cada cliente.

(c) Provisão para comissões

A provisão para comissões é calculada tomando-se por base o percentual individual de comissões registradas nos pedidos de vendas.

(d) Provisão para rebate

Os valores provisionados como *rebate* são calculados com base em percentuais históricos e demandas adicionais, negociados individualmente com cada cliente. São verbas destinadas para reposicionamento de preço, estimulando as vendas do varejo.

(e) Provisão para *royalties*

Os valores provisionados como *royalties* são calculados com base em percentuais contratuais estabelecidos com o fornecedor e que incidem de forma geral sobre o faturamento de produtos que utilizam as tecnologias ou marcas.

18 TRIBUTOS A RECOLHER

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
PIS E COFINS	3.218	2.215	3.219	2.215
INSS	3.155	2.982	3.159	2.986
IRRF E CSRF	2.028	2.507	2.035	2.515
IPI	2.674	1.201	2.674	1.201
ICMS	5.900	526	5.900	526
Outros impostos e contribuições	2.275	1.922	2.319	1.967
	19.250	11.353	19.306	11.410

19 RECEITA DIFERIDA

Refere-se à parcela da Subvenção para Investimento cuja obrigação de investimento não foi plenamente atendida conforme mencionado na Nota 8. Como resultado da fruição dos benefícios fiscais de ICMS no período findo em 30 de setembro de 2016 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2015, a Companhia registrou o montante no passivo, sob a rubrica de Receita Diferida. Este montante será apropriado ao resultado em função da amortização dos ativos relacionados e cumprimento de obrigações exigidas em contrapartida ao referido benefício fiscal, conforme previsto nas normas preconizadas no CPC 7 e divulgada na Nota 14.a.

20 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

(a) Diferido

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, ativo e passivo, foram constituídos considerando as alíquotas vigentes em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 apresentando a seguinte composição:

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Ativo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Provisão para garantia	15.230	17.968	15.304	18.041
Estoques obsoletos	18.497	15.744	18.497	15.744
Contingências tributárias, trabalhistas e cíveis	13.422	14.712	13.524	14.814
Ajuste a valor presente	1.364	1.665	1.364	1.665
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	9.435	7.964	9.435	7.964
Provisão para comissões	6.361	6.368	6.361	6.368
Rebate	1.621	888	1.621	888
Provisão para VPC	4.507	3.298	4.507	3.298
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social	389.064	363.936	389.542	363.936
Diferido não contabilizado	(373.029)	(350.325)	(373.683)	(350.500)
	86.473	82.218	86.473	82.218
Passivo				
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos				
Projetos de desenvolvimento de produtos	(12.725)	(8.746)	(12.725)	(8.746)
Diferido não contabilizado	(2.675)	(2.399)	(2.675)	(2.399)
	(15.400)	(11.145)	(15.400)	(11.145)
	71.073	71.073	71.073	71.073

O registro do crédito tributário está suportado pelos planos de negócios da Companhia, os quais consideram a ampliação das atividades comerciais, lucros tributáveis nas empresas controladas em conjunto no exterior, decisão da Administração de distribuir dividendos no Brasil, utilizando parte da receita de subvenção para investimentos, também na premissa de redução do efeito da subvenção para investimento nos resultados da Companhia, pelas mudanças na legislação e da reorganização societárias incorrida em 2015, o que irá gerar lucro tributável suficiente para compensar o referido crédito tributário diferido.

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelo Conselho de Administração, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura da Companhia e do mercado que a mesma operação, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

	Controladora e Consolidado									
Expectativa de realização	2017	2018	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Imposto de renda	5.382	7.362	7.483	7.067	6.550	6.051	5.587	5.158	1.632	52.272
Contribuição social	1.938	2.650	2.694	2.544	2.358	2.178	2.011	1.857	571	18.801
Total	7.320	10.012	10.177	9.611	8.908	8.229	7.598	7.015	2.203	71.073

Anualmente a Administração reavalia o resultado efetivo desses planos de negócios na geração de lucros tributáveis e, consequentemente, reavalia a expectativa de realização desses créditos tributários.

Como a base tributável do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro líquido decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro e/ou prejuízo líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de imposto de renda e contribuição social. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

Os tributos diferidos passivos referem-se a: (i) diferimento de contas a receber de órgãos governamentais e, (ii) incentivo fiscal introduzido pela Lei nº 10.637/2002 e posteriormente alterado pela Lei nº 11.196/2006, que possibilita a dedutibilidade dos gastos com projetos de Desenvolvimento por regime de caixa para fins de Imposto de Renda e Contribuição Social. Tal incentivo é direcionado ao ramo de negócio da Companhia e refere-se aos gastos com projetos de Desenvolvimento de produtos registrados no ativo intangível. O valor dos impostos diferidos será revertido na medida em que os projetos forem amortizados.

(b) Receita (despesa) no resultado

Reconciliação do imposto de renda e da contribuição social sobre o lucro:

	Nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	7.696	(26.860)	7.698	(26.721)
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(2.617)	9.132	(2.617)	9.085
Exclusão equivalência patrimonial	8.027	(1.258)	8.333	(4.250)
Outras exclusões / (adições) permanentes	(4.312)	(4.214)	(4.312)	(4.362)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	(1.098)	(3.660)	(1.406)	(612)
Receita (Despesa) contabilizada	-	-	(2)	(139)

	Trimestres findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	5.467	1.235	5.469	1.235
Alíquota vigente combinado	34%	34%	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(1.859)	(420)	(1.859)	(420)
Exclusão equivalência patrimonial	1.648	(1.357)	1.647	(3.268)
Outras exclusões / (adições) permanentes	(1.988)	(2.311)	(1.988)	(2.078)
Prejuízos fiscais e diferenças temporárias para os quais não foram constituídos impostos diferidos	2.199	4.088	2.198	5.766
Receita (Despesa) contabilizada	-	-	(2)	-

21 PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia possui contingências que estão sendo discutidas judicialmente, que incluem processos tributários, trabalhistas e cíveis. A Administração da Companhia acredita que a solução dessas questões não produzirá efeito significativamente diferente do montante provisionado, que corresponde aos valores das ações consideradas como "perdas prováveis".

Referem-se basicamente à:

	Controladora			Consolidado		
	Cível	Tributária	Trabalhista	Cível	Tributária	Trabalhista
Saldo em 31 de dezembro de 2014	10.553	17.202	17.142	10.553	17.502	17.142
Provisões reconhecidas	3.014	4.635	2.471	3.014	4.635	2.471
Reversões / Reduções por pagamentos	(5.704)	(3.186)	(2.856)	(5.704)	(3.186)	(2.856)
Saldo em 31 de dezembro de 2015	7.863	18.651	16.757	7.863	18.951	16.757
Provisões reconhecidas	621	2.691	1.018	621	2.691	1.018
Reversões / Reduções por pagamentos	(1.324)	(5.536)	(1.264)	(1.324)	(5.536)	(1.264)
Saldo em 30 de setembro de 2016	7.160	15.806	16.511	7.160	16.106	16.511

Circulante	5.173	5.173
Não Circulante	34.304	34.604

O montante registrado na controladora, no passivo circulante é de R\$ 5.173 (R\$ 5.500 em 31 de dezembro de 2015) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 34.304 (R\$ 37.771 em 31 de dezembro de 2015).

O montante registrado no consolidado, no passivo circulante é de R\$ 5.173 (R\$ 5.500 em 31 de dezembro de 2015) e o registrado no passivo não circulante é de R\$ 34.604 (R\$ 38.071 em 31 de dezembro de 2015).

Cível

Processos judiciais em que são discutidas questões de natureza comercial, cível relacionadas a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia. Não há processos individualmente relevantes.

Tributária

Processos administrativos e judiciais envolvendo a discussão da legalidade ou constitucionalidade das exigências de impostos, taxas e contribuições de competência municipal, estadual e federal. Não há processos individualmente relevantes.

Trabalhista

Processos judiciais em que são discutidas a relação de trabalho e a relação de emprego. Não há processos individualmente relevantes.

Perda possível

Os valores das contingências, consideradas como perdas possíveis pelos assessores jurídicos da Companhia, para os quais nenhuma provisão foi constituída conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil são demonstradas conforme abaixo:

	Controladora Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Tributárias		
ICMS (a)	22.336	16.437
Outros (b)	136.574	205.680
Trabalhista		
Empregados (c)	3.062	125
Cíveis		
Órgão Público (d)	23.917	6.704
Consumidor (d)	4.787	1.088
	190.676	230.034

Tributárias

(a) ICMS:

A Companhia apropria-se de crédito do ICMS sobre as operações com produtos remetidos por contribuintes localizados em áreas incentivadas para a unidade de Curitiba, nos termos dos artigos 22 e 23 do Regulamento do ICMS do Estado do Paraná, aprovado pelo decreto estadual nº 1.980/2007. Em conjunto com os seus assessores jurídicos, entende que existem fortes argumentos jurídicos que sustentam a apropriação do crédito de acordo com a legislação regente e jurisprudência em caso de eventual questionamento pela fiscalização.

(b) Tributárias – Outros (principais valores totalizam R\$ 113.642):

- (i) CIDE - Auto de infração exigindo Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico - CIDE sobre remessas de valores ao exterior a título de royalties sobre softwares, realizadas no ano de 2005.
- (ii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de microprocessadores realizadas pela Companhia nos últimos cinco anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iii) II e IPI - Auto de infração exigindo diferenças de Imposto de Importação e Imposto sobre Produtos Industrializados, decorrente da reclassificação de NCM's das importações de telas de LCD realizadas pela filial da Companhia localizada em Ilhéus-BA, nos últimos três anos. Tal reclassificação teve origem em alteração de critério de classificação fiscal pela Receita Federal.
- (iv) ISS - Auto de infração da Prefeitura Municipal de Curitiba que discute a incidência do imposto sobre serviços sobre a cessão do direito de uso do Portal Educacional.

(c) Trabalhistas

Empregados: Processos judiciais em que são discutidas verbas e indenizações trabalhistas. Não há processos individualmente relevantes.

(d) Cíveis

(i) Órgãos públicos (principais valores totalizam R\$ 17.399):

Tribunal de Contas da União - TCU: Processo de Tomada de Contas no qual o TCU analisa a regularidade ou não do reequilíbrio econômico financeiro concedido pela Companhia de Correios e Telégrafos - ECT ao Consórcio Alpha, formado pela Companhia e pela Novadata Sistemas e Computadores S.A.

Ministério Público de Araras-SP: Ação de Improbidade Administrativa movida pelo Ministério Público do Estado de São Paulo, onde se discute a legalidade de Ato Administrativo praticado pelo Prefeito Municipal de Araras-SP, relativo à aquisição de Lousas Educacionais Interativas, através de Pregão Presencial.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo - TCE-SP: Processo de Tomada de Contas no qual o TCE-SP analisa a regularidade ou não de contrato firmado em 03/2008 com o FDE - Fundação para o Desenvolvimento da Educação, em virtude de adesão (carona) à Ata da PRODAM - Cia de Processamento de Dados do Município de São Paulo.

Tribunal de Contas do Estado de São Paulo – TCE/SP: Procedimento administrativo em relação à contratação de equipamentos portáteis denominados laptops educacionais pela Prefeitura Municipal de Cubatão/SP - mediante adesão ao Programa Um Computador por Aluno (PROUCA) do Ministério da Educação.

Ministério Público Federal – MPF: Ação de Improbidade Administrativa movida pela Ministério Público Federal, no qual se requer a declaração de nulidade do 5º aditivo do contrato 13.346/2002 firmado entre Novadata e Positivo com os Correios e a devolução dos valores, pagos a título de reequilíbrio econômico financeiro.

Procedimento administrativo no fornecimento de equipamentos ao Estado de Pernambuco - Departamento de Infraestrutura para Inclusão Digital – DEID sobre o contrato 02/2007/STE-MC.

- (ii) Consumidor: São processos administrativos e judiciais relacionados a reclamações de consumidores sobre produtos e serviços fornecidos pela Companhia, pleiteando a substituição do produto ou a devolução dos valores pagos. No caso de processos administrativos, estes são instaurados por órgãos de defesa e proteção ao consumidor tendo por objeto a análise da existência de prática infrativa às relações de consumo, com a possibilidade de aplicação de multas nos termos do decreto 2181/97. Não há processos individualmente relevantes.

22 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

(a) Capital social

O capital social da Companhia em 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 389.000. O total de ações é de 87.800.000, sendo todas de classe ordinária, distribuídas como segue:

	Quantidade de ações (unidades)	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Acionistas		
Controladores e partes relacionadas	62.093.094	62.093.094
Não controladores, partes relacionadas e diretores	91.825	32.225
Ações em tesouraria	2.271.908	2.570.608
Ações em circulação	23.343.173	23.104.073
	87.800.000	87.800.000

Com base na Ata da Reunião de sócios, realizada em 17 de agosto de 2006, a Companhia está autorizada a aumentar o seu capital social, independentemente de reforma estatutária e de decisão de Assembleia, mediante simples deliberação do Conselho de Administração, até o limite do capital autorizado da Companhia de 4.500.000 novas ações ordinárias, sem valor nominal definido.

Os controladores diretos da Companhia são conforme segue:

Controladores diretos	Quantidade de ações ordinárias (Em Unidades)	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Hélio Bruck Rotenberg	12.418.619	12.418.619
Cixares Líbero Vargas	12.418.618	12.418.618
Isabela Cesar Formighieri Mocelin	4.139.540	4.139.540
Daniela Cesar Formighieri Rigolino	4.139.540	4.139.540
Sofia Guimarães Von Ridder	4.139.540	4.139.540
Samuel Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Paulo Fernando Ferrari Lago	4.139.540	4.139.540
Rodrigo Cesar Formighieri	4.139.539	4.139.539
Lucas Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Giem Raduy Guimarães	4.139.539	4.139.539
Thais Susana Ferrari Lago	4.139.539	4.139.539
Oriovisto Guimarães	1	1
	62.093.094	62.093.094

(b) Reserva de capital - Incentivos fiscais

Refere-se substancialmente aos incentivos fiscais detidos pela Companhia, os quais eram contabilizados nesta rubrica até 31 de dezembro de 2007. Após Lei 11.638/07, estes benefícios passaram a ser contabilizados na rubrica de Reservas de lucros.

	Controladora Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reservas de Benefício das opções <i>Stock Option</i>	694	2.896
Reservas de Subvenção para investimentos	118.305	118.305
	118.999	121.201

(c) Opção de compra concedida pelo Plano de Compra de Ações.

Opções de compra concedidas no âmbito do plano de opções de compra de ações para os empregados não dão direito a voto nem a dividendos. Mais detalhes sobre o plano de opção de compra de ações para funcionários estão descritos na Nota 32 destas informações financeiras intermediárias.

(d) Reserva de lucros

	Controladora Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Reservas de Subvenção p/ Incentivos Fiscais	115.223	116.365
Reserva legal	81	81
	115.304	116.446

(i) Reservas de subvenção para incentivos fiscais

Conforme mencionado na Nota 8, os valores registrados nesta conta referem-se ao incentivo fiscal de ICMS, em conformidade com o Decreto Estadual nº 5.375/2002 (vigência do Artigo 3º até 31 de julho de 2011), e pelo Decreto Estadual nº 1922/2011 em vigor a partir de 01 de agosto de 2011. Segundo a legislação do Imposto de Renda, a Reserva de Incentivos Fiscais pode ser utilizada para aumento de capital e absorção de prejuízos, não podendo ser distribuída como dividendos, por tratar-se de um benefício do Estado à Companhia para uma atividade específica.

(ii) Reserva legal

A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

A reserva legal é constituída anualmente, desde que o saldo dessa reserva acrescido do montante de reservas de capital não exceda 30% do capital social, com destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não excederá a 20% do capital social.

(e) Dividendos

Conforme ata da Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 25 de março de 2008, a Companhia poderá levantar balanços semestrais ou intermediários; deliberar a distribuição de dividendos a débito da conta de lucro apurado naqueles balanços; declarar dividendos intermediários a débito da conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes naqueles balanços ou no último balanço anual; poderá pagar ou creditar juros sobre o capital próprio, *ad referendum* da Assembleia Geral Ordinária que apreciar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social em que tais juros foram pagos ou creditados, sendo que os dividendos intercalares ou intermediários e os juros sobre o capital próprio deverão ser sempre imputados ao dividendo obrigatório.

(f) Ações em tesouraria

Para atender ao plano de opções para executivos, a Companhia possui um total de 2.271.908 de ações em tesouraria (2.570.608 em 31 de dezembro de 2015), adquiridas através do programa de recompra, ao preço médio de R\$ 14,57, no total de R\$ 33.115 (R\$ 37.467 em 31 de dezembro de 2015). Considerando que as ações fossem vendidas ao preço de R\$ 3,11 em 30 de setembro de 2016 (preço da cotação na referida data), o efeito no patrimônio seria de uma perda de R\$ 26.049 (perda de R\$ 33.084 em 31 de dezembro de 2015).

(g) Outros resultados abrangentes

A Companhia reconhece nesta rubrica o efeito das variações cambiais sobre os investimentos em controladas no exterior, os ganhos e perdas atuariais provenientes do plano de benefício a funcionários e resultado em operações de hedge de fluxo de caixa. Para as variações cambiais o efeito acumulado será revertido ao resultado do período como ganho ou perda somente em caso de alienação ou baixa do investimento. Para perdas e ganhos atuariais, os valores serão reconhecidos no momento da reavaliação do passivo atuarial. As transações de hedge de fluxo de caixa serão transferidas ao resultado do período se identificado parcela ineficaz e/ou quando do término da relação de hedge.

23 RECEITA

A seguir, a análise da receita da Companhia no período de nove e três meses findos em 30 de setembro de 2016 e 2015.

	Nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Receita bruta da venda de produtos	1.433.188	1.231.375	1.477.273	1.431.488
Receita bruta de serviços prestados	26.214	34.647	26.214	36.199
Receita Bruta Total:	1.459.402	1.266.022	1.503.487	1.467.687
Menos:				
Impostos sobre vendas	(237.584)	(208.371)	(237.584)	(257.343)
Subvenção para investimento	149.931	148.555	149.931	183.207
Devoluções e abatimentos	(61.938)	(47.945)	(61.938)	(46.765)
Receita líquida	1.309.811	1.158.261	1.353.896	1.346.786

	Trimestres findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Receita bruta da venda de produtos	456.351	414.662	456.351	480.382
Receita bruta de serviços prestados	9.372	9.899	9.372	9.899
Receita Bruta Total	465.723	424.561	465.723	490.281
Menos:				
Impostos sobre vendas	(74.777)	(81.144)	(74.777)	(96.375)
Subvenção para investimento	44.563	60.753	44.563	71.607
Devoluções e abatimentos	(21.721)	(24.245)	(21.721)	(22.799)
Receita líquida	413.788	379.925	413.788	442.714

24 DESPESAS POR NATUREZA

A Companhia apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas baseadas na sua função. A informação sobre a natureza dessas despesas reconhecidas na demonstração do resultado é apresentada a seguir:

	Nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	870.168	862.476	912.508	1.000.567
Despesas com pessoal	109.328	126.413	110.619	136.349
Despesas gerais	40.073	31.818	40.631	35.973
Despesa com serviços com terceiros	33.048	36.418	33.048	36.984
Despesa com verba de propaganda cooperada	41.226	15.886	41.226	27.006
Despesa com comissões	16.627	16.704	16.627	18.973
Depreciação e amortização	37.869	37.819	37.869	40.134
Outras despesas operacionais líquidas	93.092	67.949	93.092	86.428
	1.241.431	1.195.483	1.285.620	1.382.414
Custo dos produtos vendidos	936.551	937.502	980.182	1.086.170
Despesas com vendas	231.087	188.538	231.087	221.775
Despesas gerais e administrativas	73.793	69.443	74.351	74.469
	1.241.431	1.195.483	1.285.620	1.382.414

	Trimestres findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Matérias-primas e materiais de consumo utilizados	257.302	299.282	256.010	348.969
Despesas com pessoal	36.242	28.328	37.533	29.221
Despesas gerais	12.656	8.453	12.657	9.763
Despesa com serviços com terceiros	14.941	7.838	14.941	8.160
Despesa com verba de propaganda cooperada	12.564	7.716	12.564	11.916
Despesa com comissões	4.737	4.933	4.737	5.694
Depreciação e amortização	12.046	13.990	12.046	14.378
Outras despesas operacionais líquidas	33.340	25.604	33.340	31.416
	383.828	396.144	383.828	459.517
Custo dos produtos vendidos	280.688	313.460	280.688	364.181
Despesas com vendas	78.134	60.282	78.134	71.805
Despesas gerais e administrativas	25.006	22.402	25.006	23.531
	383.828	396.144	383.828	459.517

A depreciação dos bens do imobilizado e a amortização dos intangíveis foram segregados da seguinte forma:

	Nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Custo dos produtos vendidos	14.401	13.277	14.401	13.583
Despesas com vendas	11.314	16.931	11.314	18.002
Despesas gerais e administrativas	12.154	7.611	12.154	8.549
	37.869	37.819	37.869	40.134

	Trimestres findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Custo dos produtos vendidos	4.230	5.250	4.230	5.343
Despesas com vendas	3.309	6.421	3.309	6.689
Despesas gerais e administrativas	4.507	2.319	4.507	2.346
	12.046	13.990	12.046	14.378

25 INFORMAÇÕES POR SEGMENTO DE NEGÓCIOS

Para gerenciar seu negócio e tomar decisões, a Companhia utiliza informações que focam nos canais de venda de produtos e serviços, que são a base na qual reporta suas informações primárias por segmento. Os principais segmentos operacionais da Companhia são: vendas ao varejo e vendas a entidades governamentais. As informações por segmento reportáveis dessas unidades estão apresentadas a seguir:

	Nove meses findos em					
	Consolidado					
	30 de setembro de 2016			30 de setembro de 2015		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	770.964	352.743	1.123.707	599.690	479.082	1.078.772
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(570.284)	(269.398)	(839.682)	(454.729)	(396.804)	(851.533)
Lucro bruto	200.680	83.345	284.025	144.961	82.278	227.239
Despesas operacionais	(182.739)	(64.975)	(247.714)	(154.411)	(102.585)	(256.996)
Resultado antes do resultado financeiro	17.941	18.370	36.311	(9.450)	(20.307)	(29.757)
Resultado financeiro líquido	(23.657)	(32.285)	(55.942)	(6.145)	12.736	6.591
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	(5.716)	(13.915)	(19.631)	(15.595)	(7.571)	(23.166)
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	-	-	-	-
Prejuízo líquido do exercício	(5.716)	(13.915)	(19.631)	(15.595)	(7.571)	(23.166)

	Trimestres findos em					
	Consolidado					
	30 de setembro de 2016			30 de setembro de 2015		
	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis	Varejo	Governo	Segmentos reportáveis
Receita líquida de vendas	266.966	83.591	350.557	171.083	150.486	321.569
Custo dos produtos vendidos e serviços prestados	(182.093)	(67.312)	(249.405)	(118.166)	(127.468)	(245.634)
Lucro bruto	84.873	16.279	101.152	52.917	23.018	75.935
Despesas operacionais	(68.314)	(17.829)	(86.143)	(47.936)	(34.278)	(82.214)
Resultado antes do resultado financeiro	16.559	(1.550)	15.009	4.981	(11.260)	(6.279)
Resultado financeiro líquido	(9.293)	(5.214)	(14.507)	(3.976)	10.738	6.762
Lucro (prejuízo) antes dos efeitos tributários	7.266	(6.764)	502	1.005	(522)	483
Imposto de renda e contribuição social (corrente e diferido)	-	-	-	139	-	139
Lucro (Prejuízo) líquido do período	7.266	(6.764)	502	1.144	(522)	622

Receita e resultados dos segmentos

A conciliação entre o total das receitas dos segmentos reportáveis com as receitas totais da Companhia e suas controladas é como segue:

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Receita líquida de vendas				
Receita líquida de vendas dos segmentos reportáveis	1.123.707	1.078.772	350.557	321.569
Receita líquida de vendas dos segmentos não reportáveis	230.189	268.014	63.231	121.145
	1.353.896	1.346.786	413.788	442.714

A conciliação entre o total do resultado líquido dos segmentos reportáveis com o resultado líquido da Companhia e suas controladas é como segue:

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Lucro (prejuízo) líquido do exercício				
Lucro (prejuízo) líquido do exercício dos segmentos reportáveis	(19.631)	(23.166)	502	622
Lucro (prejuízo) líquido do exercício dos segmentos não reportáveis	27.327	(3.694)	4.965	613
	7.696	(26.860)	5.467	1.235

A receita dos segmentos apresentada anteriormente não inclui receitas auferidas com controladas. As políticas contábeis para os segmentos reportáveis são as mesmas aplicadas à Companhia. O lucro ou prejuízo do segmento corresponde ao auferido por cada segmento, após a alocação de todas as receitas, custos e despesas.

(a) Receita dos principais produtos e serviços

Abertura da receita líquida por produto

	Nove meses findos em		Trimestres findos em	
	Consolidado		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Produtos				
Notebooks	378.456	429.050	102.398	116.034
Desktops	468.432	576.398	100.984	194.890
Tablets	18.522	92.375	2.897	28.743
Telefones Celulares	396.344	151.390	176.176	69.277
Outros	92.142	97.573	31.333	33.770
	1.353.896	1.346.786	413.788	442.714

(b) Ativos e passivos por segmento

Os ativos e passivos da Companhia embora sejam destinados a alguns segmentos, não são gerenciados de maneira independente por se tratar, substancialmente, na fabricação de equipamentos de informática e celulares para atender aos segmentos de vendas.

(c) Informações geográficas

No período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia e suas controladas reconheceram R\$ 44.924 de vendas no mercado externo (R\$ 47.573 no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2015). O restante das vendas ocorreu no território brasileiro.

(d) Informações sobre principais clientes

Três clientes da Companhia foram responsáveis por mais de 40% da receita líquida total no período de nove meses findo em 30 de setembro 2016.

26 RESULTADO FINANCEIRO

	Nove meses findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	25.318	17.726	25.318	21.834
Rendimento aplicação financeira	34.667	22.085	34.667	22.089
Outras receitas financeiras	8.365	1.355	8.365	1.491
	68.350	41.166	68.350	45.414
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(76.827)	(54.524)	(77.622)	(55.488)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(17.733)	(22.515)	(17.733)	(26.177)
Imposto sobre operações financeiras	(454)	(1.059)	(454)	(1.060)
Multas contratuais	(654)	(400)	(654)	(400)
Outras despesas financeiras	(8.617)	(5.513)	(8.617)	(6.195)
	(104.285)	(84.011)	(105.080)	(89.320)
Total das receitas e despesas financeiras	(35.935)	(42.845)	(36.730)	(43.906)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	5.297	132.074	5.297	132.074
Perda na cobertura cambial	(77.555)	(27.143)	(77.555)	(27.143)
Ganho na variação cambial	58.485	68.032	58.485	76.313
Perda na variação cambial	(35.645)	(123.544)	(35.645)	(141.017)
	(49.418)	49.419	(49.418)	40.227
Resultado financeiro, líquido	(85.353)	6.574	(86.148)	(3.679)

	Trimestres findos em			
	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Receitas financeiras				
Ajuste a valor presente - clientes	10.563	8.031	10.563	9.387
Rendimento aplicação financeira	8.541	9.574	8.541	9.576
Outras receitas financeiras	1.286	789	1.286	803
	20.390	18.394	20.390	19.766
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	(25.251)	(23.802)	(25.250)	(24.135)
Ajuste a valor presente - fornecedores	(7.059)	(5.396)	(7.060)	(6.501)
Imposto sobre operações financeiras	(176)	(330)	(176)	(330)
Multas contratuais	(117)	(318)	(117)	(318)
Outras despesas financeiras	(3.128)	(2.429)	(3.128)	(2.464)
	(35.731)	(32.275)	(35.731)	(33.748)
Total das receitas e despesas financeiras	(15.341)	(13.881)	(15.341)	(13.982)
Variação cambial				
Ganho na cobertura cambial	54	63.661	54	63.661
Perda na cobertura cambial	(3.616)	(2.785)	(3.616)	(2.785)
Ganho na variação cambial	6.697	23.181	6.697	24.035
Perda na variação cambial	(7.738)	(57.002)	(7.738)	(62.791)
	(4.603)	27.055	(4.603)	22.120
Resultado financeiro, líquido	(19.944)	13.174	(19.944)	8.138

Abaixo demonstramos o efeito caixa da variação cambial nos trimestres para os períodos findos em 30 de setembro de 2016 e 2015, consolidado:

	Consolidado					
	30/09/2016	30/06/2016	31/03/2016	30/09/2015	30/06/2015	31/03/2015
NDF / Opções						
(+) Saldo inicial	(37.204)	(25.679)	11.944	4.398	37.366	3.412
(+) Ganho / (Perda) reconhecida no resultado	(3.562)	(35.420)	(33.276)	60.875	(22.882)	66.938
(-) Saldo final	(1.211)	(37.204)	(25.679)	28.026	4.398	37.366
(=) Efeito caixa	(39.555)	(23.895)	4.347	37.247	10.086	32.984
Variação Cambial fornecedores						
(+) Saldo inicial	18.787	4.728	(6.748)	(377)	(19.146)	(6.966)
(+) Ganho / (Perda) reconhecida no resultado	10.609	18.103	5.778	(38.697)	6.408	(32.282)
(-) Saldo final	3.358	18.787	4.728	(19.276)	(377)	(19.146)
(=) Efeito caixa	26.038	4.044	(5.698)	(19.798)	(12.361)	(20.102)
Ganho (Perda) líquida reconhecida	7.047	(17.317)	(27.498)	22.178	(16.474)	34.656
Efeito líquido no caixa - Aumento / (Redução)	(13.517)	(19.851)	(1.351)	17.449	(2.275)	12.882

27 SEGUROS - CONSOLIDADO

Em 30 de setembro de 2016, os contratos de seguros estabelecidos pela Administração da Companhia para cobrir eventuais sinistros e responsabilidade civil, são resumidos a seguir:

Ram o	Cobertura por eventos	Valor em risco	Vigência
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais e Estoques	704.570	01/04/2016 a 01/04/2017
Riscos Nomeados e Operacionais	Danos patrimoniais e Estoques (Quiosques)	1.540	30/03/2016 a 30/03/2017
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	114	13/01/2016 a 12/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	305	16/05/2016 a 07/08/2018
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	3.574	06/06/2016 a 06/06/2019
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	10.458	04/01/2016 a 03/01/2021
Garantia Judicial	Processos judiciais e/ou administrativos em discussão	13.198	04/01/2016 a 03/01/2021
Responsabilidade Civil	Responsabilidade Civil - diretores e administradores	30.000	30/10/2015 a 30/10/2016

As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão limitada das informações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

28 LUCRO (PREJUÍZO) POR AÇÃO

O lucro (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias em poder dos acionistas, excluindo as ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas como ações em tesouraria.

O lucro (prejuízo) diluído por ação é calculado mediante o ajuste do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, bem como o número médio ponderado de ações totais em poder dos acionistas (em circulação), para refletir os efeitos de todas as ações ordinárias diluidoras.

	Nove meses Findos em		Trimestres findos em	
	Controladora		Controladora	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Básico				
Numerador básico				
(Prejuízo) Lucro líquido alocado para ações ordinárias	7.696	(26.860)	5.467	1.235
Denominador básico				
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	85.249	85.229	85.287	85.229
(Prejuízo) Lucro líquido por ação - Básico	0,0903	(0,3152)	0,0641	0,0145
Diluído				
Numerador diluído				
(Prejuízo) Lucro líquido alocado para ações ordinárias	7.696	(26.860)	5.467	1.235
Denominador diluído				
Média ponderada das ações ordinárias (em milhares)	85.249	85.229	85.733	85.229
(Prejuízo) Lucro líquido por ação - Diluído	0,0903	(0,3152)	0,0638	0,0145

A quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas no cálculo do lucro (prejuízo) básico por ação concilia com a quantidade média ponderada de ações ordinárias usadas na apuração do lucro (prejuízo) por ação diluído, como segue:

	Nove meses Findos em		Trimestres findos em	
	Controladora		Controladora	
	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015	30 de setembro de 2016	30 de setembro de 2015
Básico				
Número médio ponderado de de ações da Companhia	87.800	87.800	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(2.551)	(2.571)	(2.513)	(2.571)
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro básico por ação	85.249	85.229	85.287	85.229
Diluído				
Número médio ponderado de de ações da Companhia	87.800	87.800	87.800	87.800
Número médio ponderado de ações em tesouraria	(2.551)	(2.571)	(2.513)	(2.571)
Número médio ponderado de opções	-	-	446	-
Média ponderada das ações ordinárias utilizadas na apuração do lucro diluído por ação	85.249	85.229	85.733	85.229

29 GESTÃO DE RISCO FINANCEIRO

29.1 Fatores de risco financeiro

As atividades da Companhia a expõem a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo risco de moeda, risco de taxa de juros de valor justo e risco de taxa de juros de fluxo de caixa), risco de crédito e risco de liquidez. A Companhia gere os riscos globais, concentrando-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia. A Companhia usa instrumentos financeiros derivativos para proteger certas exposições a risco, não tendo o propósito de especulação para alavancar seus resultados financeiros. As informações quantitativas para cada tipo de risco decorrente dos instrumentos financeiros estão destacadas nas seções a seguir, as quais representam as concentrações de risco que são monitoradas pela Administração da Companhia.

A gestão de risco é realizada pela tesouraria da Companhia, seguindo as diretrizes da Diretoria e do Conselho de Administração.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia atua preponderantemente no mercado doméstico, mas realiza importações de insumos do mercado externo, estando, portanto exposta ao risco cambial, basicamente com relação ao dólar dos Estados Unidos. As principais transações referem-se às contas a pagar a fornecedores estrangeiros (Nota 15) e às operações de empréstimos de capital de giro (Nota 16).

A Administração estabeleceu uma política que exige que a Companhia administre seu risco cambial em relação à sua moeda funcional. A Companhia, cujas operações estão expostas ao risco cambial, é requerida a proteger suas posições via operações de *hedge*, efetuadas sob a orientação do departamento financeiro. O principal objetivo é proteger seus compromissos assumidos em dólar de oscilações nos preços futuros, de forma a proporcionar maior previsibilidade em sua operação. A Companhia pratica operações de Opções de compra de dólar e/ou também operações de NDF (*Non Deliverable Forward*), as quais possuem a finalidade de proteção contra as oscilações das taxas de câmbio, cobrindo assim, apenas a exposição cambial pelo prazo de pagamento concedido por fornecedores na compra de componentes importados. Adicionalmente a Companhia pratica operações de *Swap* com o objetivo de proteger seus empréstimos em moeda estrangeira das oscilações nos preços futuros. As principais análises feitas pelo departamento financeiro para a contratação de instrumentos financeiros derivativos são:

- A partir da análise do saldo em contas a pagar referente às importações, sejam relativos ao material já em estoque, ou do material em trânsito, os contratos derivativos são semanalmente revisados e/ou incrementados.
- O montante e tipo de modalidade a serem contratados são definidos à luz das particularidades de cada uma delas em relação à volatilidade do dólar e perspectivas futuras da economia.
- Com base na análise de sensibilidade da volatilidade do dólar versus as modalidades de *hedge* contratadas ao longo dos meses, é possível mensurar as possíveis necessidades de caixa para fazer frente aos resultados das operações de NDF.

30 de setembro de 2016				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	170	553	170	553
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(88.341)	(286.772)	(88.341)	(286.772)
Empréstimos				
Dólares americanos	(79.427)	(257.836)	(79.427)	(257.836)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	79.427	257.836	79.427	257.836
NDFs - Dólares americanos	46.225	150.056	46.225	150.056
Opções de compra - Dólares americanos	11.949	38.789	11.949	38.789
Exposição Líquida 1	(29.997)	(97.374)	(29.997)	(97.374)
Projetos de governo				
Dólares americanos	(7.417)	(24.077)	(7.417)	(24.077)
Exposição Líquida 2	(37.414)	(121.451)	(37.414)	(121.451)

31 de dezembro de 2015				
	Controladora		Consolidado	
	Moeda estrangeira	Reais	Moeda estrangeira	Reais
Ativo				
Contas a receber de clientes e demais contas a receber				
Dólares americanos	382	1.491	382	1.491
Passivo				
Fornecedores mercado externo				
Dólares americanos	(49.432)	(193.024)	(49.432)	(193.024)
Empréstimos				
Dólares americanos	(111.802)	(436.564)	(111.802)	(436.564)
Instrumentos financeiros derivativos				
Swap - Dólares americanos	111.802	436.564	111.802	436.564
NDFs - Dólares americanos	69.593	271.747	69.593	271.747
Opções de compra - Dólares americanos	14.526	56.721	14.526	56.721
Exposição Líquida 1	35.069	136.935	35.069	136.935
Projetos de governo				
Dólares americanos	(42.378)	(165.478)	(42.378)	(165.478)
Exposição Líquida 2	(7.309)	(28.543)	(7.309)	(28.543)

Exposição líquida 1 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se exposição em moeda estrangeira considerando os ativos e passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

(ii) Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros

A Companhia não tem ativos significativos em que incidam juros, exceto o saldo de aplicações financeiras.

O risco de taxa de juros da Companhia decorre de empréstimos de longo prazo conforme Nota 16. Os empréstimos às taxas variáveis expõem a Companhia ao risco de taxa de juros de fluxo de caixa. Os empréstimos às taxas fixas expõem a Companhia ao risco de valor justo associado à taxa de juros. Nas datas de 30 de setembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015, os empréstimos da Companhia às taxas variáveis eram mantidos em reais e dólares. A análise de sensibilidade com os cenários projetados e os respectivos impactos no patrimônio líquido e no resultado estão apresentados no item “d” desta Nota.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, bem como de exposições de crédito a clientes do governo e do varejo. Para bancos e outras instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades independentes, usualmente classificadas como “instituições de primeira linha”. As instituições financeiras com as quais a Companhia opera, são avaliadas pelas agências de classificação de *rating* como de baixo risco. Para os clientes, a área de análise de crédito avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores, conforme detalhado na Nota 6 que traz divulgação adicional sobre o risco de crédito com clientes. Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Diretoria. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro.

Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o período, e a administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes superior ao valor já provisionado.

(c) Risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração, que elaborou um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

As tabelas a seguir mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Companhia. As tabelas foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações. As tabelas incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do período. O vencimento contratual baseia-se na data mais recente em que a Companhia deve quitar as respectivas obrigações.

Passivos financeiros

	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Controladora					Total R\$
		Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Mais de cinco anos R\$	
30 de setembro de 2016							
Fornecedores	114,74	222.778	67.196	47.764	-	-	337.738
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	119,00	7.102	215.584	259.610	114.196	4.917	601.409
Instrumentos financeiros derivativos		1.698	36.188	4.847	-	-	42.733
Partes relacionadas		-	3.261	-	-	-	3.261
Outros passivos - não circulante		-	-	-	3.615	-	3.615
		<u>231.578</u>	<u>322.229</u>	<u>312.221</u>	<u>117.811</u>	<u>4.917</u>	<u>988.756</u>
31 de dezembro de 2015							
Fornecedores	96,04	157.569	87.791	15.782	61	-	261.203
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	116,43	17.525	171.743	445.586	180.743	861	816.458
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		-	2.164	-	-	-	2.164
		<u>175.094</u>	<u>261.698</u>	<u>461.368</u>	<u>180.804</u>	<u>861</u>	<u>1.079.825</u>
	Taxa de juros efetiva média ponderada % do CDI	Consolidado					Total R\$
		Menos de um mês R\$	De um a três meses R\$	De três meses a um ano R\$	De um a cinco anos R\$	Mais de cinco anos R\$	
30 de setembro de 2016							
Fornecedores	114,74	222.778	69.098	47.764	-	-	339.640
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	119,00	7.102	215.584	282.238	114.196	4.917	624.037
Instrumentos financeiros derivativos		1.698	36.188	4.847	-	-	42.733
Partes relacionadas		-	2.392	-	-	-	2.392
Outros passivos - não circulante		-	-	-	3.615	-	3.615
		<u>231.578</u>	<u>323.262</u>	<u>334.849</u>	<u>114.196</u>	<u>4.917</u>	<u>1.012.417</u>
31 de dezembro de 2015							
Fornecedores	96,04	157.569	112.191	15.782	61	-	285.603
Empréstimos corrigidos a taxas de juros pós-fixadas	88,35	17.525	171.743	477.708	180.743	861	848.580
Instrumentos financeiros derivativos		-	-	-	-	-	-
Partes relacionadas		-	1.295	-	-	-	1.295
		<u>175.094</u>	<u>285.229</u>	<u>493.490</u>	<u>180.804</u>	<u>861</u>	<u>1.135.478</u>

Ativos financeiros

Controladora				
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2016				
Caixa e bancos	30.184	-	-	30.184
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	103,53	421.262	-	421.262
Instrumentos financeiros derivativos	117	862	-	979
Contas a receber de clientes	103,78	215.409	84.794	337.276
Partes relacionadas	-	-	8.274	8.274
	<u>666.972</u>	<u>85.656</u>	<u>45.348</u>	<u>797.975</u>
31 de dezembro de 2015				
Caixa e bancos	10.623	-	-	10.623
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,66	520.058	-	520.058
Instrumentos financeiros derivativos	5.914	11.503	24.807	42.224
Contas a receber de clientes	97,05	186.800	6.923	302.153
Partes relacionadas	-	-	8.548	8.548
	<u>723.395</u>	<u>119.933</u>	<u>40.278</u>	<u>883.606</u>
Consolidado				
Taxa de juros efetiva média ponderada	Menos de um mês	De um a três meses	De três meses a um ano	Total
% do CDI	R\$	R\$	R\$	R\$
30 de setembro de 2016				
Caixa e bancos	33.421	-	-	33.421
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	103,53	421.263	-	421.263
Instrumentos financeiros derivativos	117	862	-	979
Contas a receber de clientes	103,78	215.409	85.987	338.469
Partes relacionadas	-	-	10.611	10.611
	<u>670.210</u>	<u>86.849</u>	<u>47.685</u>	<u>804.743</u>
31 de dezembro de 2015				
Caixa e bancos	34.828	-	-	34.828
Aplicações financeiras a taxas de juros pós-fixadas	100,66	520.058	-	520.058
Instrumentos financeiros derivativos	5.914	11.503	24.807	42.224
Contas a receber de clientes	97,05	186.800	6.923	303.582
Partes relacionadas	-	-	32.970	32.970
	<u>747.600</u>	<u>121.362</u>	<u>64.700</u>	<u>933.662</u>

(d) Análise de sensibilidade adicional requerida pela CVM

Apresentamos a seguir os impactos que seriam gerados por mudanças nas variáveis de riscos pertinentes às quais a Companhia está exposta no final do período. As variáveis de riscos relevantes para a Companhia no período, levando em consideração o período projetado de até 12 meses para essa avaliação são sua exposição à flutuação de moeda estrangeira, substancialmente o dólar norte-americano, e sua exposição à flutuação nas taxas de juros. A administração entende que o cenário provável reflete a expectativa de cotação do dólar norte-americano e da taxa de juros CDI do BACEN – Banco Central do Brasil no período findo em 30 de setembro de 2016. Os demais fatores de riscos foram considerados irrelevantes para o resultado de instrumentos financeiros.

	Consolidado									
	Saldo patrimonial									
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015						
	Ativo/Passivo	Ativo/Passivo	Nocional	Nocional	Provável	25%	Cenários 50%	-25%	-50%	
Instrumentos financeiros derivativos										
Swap de taxa de juros - mantidos para negociação US\$ para R\$ (CDI)	(40.543)	29.123	79.427	111.802	(13.807)	(17.259)	(20.711)	(10.355)	(6.904)	
Empréstimos										
Em US\$	(257.836)	(436.564)	(79.427)	(111.802)	-	-	-	-	-	
Empréstimos										
Em CDI	(82.002)	(83.856)	n/a	n/a	(19.716)	(24.645)	(29.574)	(14.787)	(9.858)	
Exposição líquida			-	-	(33.523)	(41.904)	(50.285)	(25.142)	(16.762)	
Instrumentos financeiros derivativos										
Contratos de câmbio a termo - mantidos para negociação										
R\$ para US\$ - NDF's e Opções	(1.211)	11.944	58.174	84.119	(1.080)	(810)	(540)	(1.350)	(1.620)	
Outros passivos financeiros										
Fornecedores moeda estrangeira US\$ para R\$	(286.772)	(193.024)	(88.341)	(49.432)	1.852	1.389	926	2.315	2.778	
Exposição líquida 1			(30.167)	34.687	772	579	386	965	1.158	
Fornecedores moeda estrangeira - projetos de governo US\$ para R\$	-	-	(7.417)	(42.378)	155	116	78	194	233	
Exposição líquida 2		-	(37.584)	(7.691)	927	695	464	1.159	1.391	
Impacto no resultado - análise de sensibilidade - vencimento futuro					(32.596)	(41.209)	(49.822)	(23.983)	(15.372)	

Exposição líquida 1 - refere-se a exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos.

Exposição líquida 2 - refere-se a exposição em moeda estrangeira considerando os passivos em moeda estrangeira detidos pela Companhia e contabilizados no balanço patrimonial e os compromissos futuros decorrentes dos Projetos de Governo, deduzido dos instrumentos financeiros derivativos contratados para proteção destes passivos. Os Projetos de Governo referem-se às licitações ganhas pela Companhia para fornecimento de computadores nos próximos meses. Por esta razão a Companhia calcula a exposição que estará sujeita com a aquisição de insumos no exterior para fazer frente a estes compromissos assumidos.

29.2 Dívida líquida

Os objetivos da Companhia ao administrar seu capital são os de salvaguardar a capacidade de continuidade da Companhia para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para reduzir esse custo.

Para manter ou ajustar a estrutura de capital da Companhia, a administração pode, ou propõe, nos casos em que os acionistas têm de aprovar, rever a política de pagamento de dividendos, devolver capital aos acionistas ou, ainda, emitir novas ações ou vender ativos para reduzir, por exemplo, o nível de endividamento.

	Controladora		Consolidado	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015
Dívida Líquida				
Dívida				
Empréstimos - terceiros	601.409	816.458	624.037	848.580
Derivativos Swap	40.543	(29.123)	40.543	(29.123)
Caixa e equivalentes	(451.446)	(530.681)	(454.684)	(554.886)
Dívida líquida (a)	190.506	256.654	209.896	264.571
Dívida				
Empréstimos - terceiros	601.409	816.458	624.037	848.580
Derivativos Swap	40.543	(29.123)	40.543	(29.123)
Derivativos Opções e NDF	1.211	(11.944)	1.211	(11.944)
Caixa e equivalentes	(451.446)	(530.681)	(454.684)	(554.886)
Dívida líquida (b)	191.717	244.710	211.107	252.627
Patrimônio Líquido (c)	565.593	576.395	565.593	576.395
Índice endividamento líquido (a)	0,34	0,45	0,37	0,46
Índice endividamento líquido (b)	0,34	0,42	0,37	0,44

- (a) A dívida líquida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo recebível e/ou obrigação das operações com derivativos de Swap (proteção de contratos de empréstimos).
- (b) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos, abatida pelo caixa e equivalentes e reduzida e/ou acrescida pelo recebível e/ou obrigação das operações com derivativos de Swap (proteção de contratos de empréstimos) e Opções/NDF (proteção do contas à pagar).
- (c) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

29.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para a Companhia para instrumentos financeiros similares.

O valor justo dos instrumentos derivativos é calculado utilizando preços cotados. Quando esses preços não estão disponíveis, é usada a análise do fluxo de caixa descontado por meio da curva de rendimento, aplicável com a duração dos instrumentos para os derivativos sem opções. Os contratos futuros de câmbio são mensurados com base nas taxas de câmbio e nas curvas de rendimento obtidas com base em cotação e para os mesmos prazos de vencimentos dos contratos. Os "swaps" são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados com base nas curvas de rendimento aplicáveis, baseadas na cotação das taxas de juros.

Para os instrumentos financeiros derivativos da Companhia (contratos futuros de moeda e *swaps* de troca de variação cambial por taxas de juros) são utilizadas mensurações de valor justo de Nível 2, por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).

30 INSTRUMENTOS FINANCEIROS POR CATEGORIA

	Controladora			Consolidado		
	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Empréstimos e recebíveis	Ativos ao valor justo por meio do resultado	Ativos ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Empréstimos e recebíveis
30 de setembro de 2016						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	979	-	-	979	-	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	343.068	-	-	344.352
Partes relacionadas	-	-	8.274	-	-	10.611
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	451.446	-	-	454.684
	979	-	802.788	979	-	809.647
31 de dezembro de 2015						
Ativos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	11.944	29.123	-	11.944	29.123	-
Contas a receber de clientes e demais contas a receber, excluindo pagamentos antecipados	-	-	318.583	-	-	320.103
Partes relacionadas	-	-	8.548	-	-	32.970
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	530.681	-	-	554.886
	11.944	29.123	857.812	11.944	29.123	907.959
	Controladora			Consolidado		
	Passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado	Passivo ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Outros passivos financeiros	Passivos ao valor justo por meio do resultado	Passivo ao valor justo por meio do patrimônio líquido	Outros passivos financeiros
30 de setembro de 2016						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	2.190	40.543	-	2.190	40.543	-
Empréstimos	-	-	601.409	-	-	624.037
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	340.020	-	-	341.955
Partes relacionadas	-	-	3.261	-	-	2.392
	2.190	40.543	944.690	2.190	40.543	968.384
31 de dezembro de 2015						
Passivos, conforme o balanço patrimonial						
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	-	-	-	-
Empréstimos	-	-	816.458	-	-	848.580
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	-	265.733	-	-	290.285
Partes relacionadas	-	-	2.164	-	-	1.295
	-	-	1.084.355	-	-	1.140.160

31 INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS

	Controladora e Consolidado					
	Nocional (USD)		30/09/2016		31/12/2015	
	30 de setembro de 2016	31 de dezembro de 2015	Ativo Circulante	Passivo circulante	Ativo Circulante	Passivo circulante
Termo de moeda (NDF)	46.225	69.593	-	2.190	8.612	-
Opções de dólar	11.949	14.526	979	-	3.332	-
Swap de taxas de juros	79.427	111.802	-	40.543	29.123	-
	137.601	195.921	979	42.733	41.067	-

A Companhia opera com instrumentos financeiros exclusivamente para proteger certas exposições a risco, não tendo, portanto, caráter especulativo.

(a) Contratos de câmbio a termo

Com o objetivo de se proteger frente à volatilidade das exposições passivas, da moeda dólar, decorrentes do exposto total (fluxo de caixa), até 30 de setembro de 2016, a Companhia contratou operações de "compra" de moeda a termo (NDF - Non Deliverable Forward), em dólares, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	ContraParte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Jun/16 a Set/16	Out/16 a Mar/17	PINE	9.278	3,3198
Mai/16 a Set/16	Out/16 a Nov/16	BMG	1.236	3,4921
Set/16	Out/16 a Dez/16	BTG	1.694	3,2827
Mar/16 a Mai/16	Out/16	BRADESCO	266	3,7985
Jun/16 a Set/16	Out/16 a Mai/17	HSBC	15.055	3,3836
Ago/16	Dez/16	SANTANDER	266	3,4004
Abr/16 a Set/16	Out/16 a Fev/17	SAFRA	2.598	3,4084
Mai/16 a Set/16	Out/16 a Fev/17	FIBRA	9.323	3,3398
Jan/16 a Set/16	Out/16 a Dez/16	BANCO DO BRASIL	6.509	3,5453
			<u>46.225</u>	<u>3,3864</u>

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 a Companhia reconheceu R\$ 67.345 de perda líquida no resultado do período referente aos contratos liquidados e em aberto (ganho de R\$ 71.731 em 30 de setembro de 2015).

(b) Contratos de opções de compra de dólar

Também com o objetivo de proteger as transações em moeda estrangeira com fornecedores do exterior frente à volatilidade do dólar norte-americano, a Companhia contratou opções de compra de dólar. O valor nominal em aberto em 30 de setembro de 2016 era de US\$ 11.949. Os contratos serão liquidados nas suas datas de vencimento, nos seguintes montantes e condições:

Data da Contratação	Data de vencimento	Contra Parte	Valor lastreado USD mil	Cotação alvo média
Set/16	Out/16 a Dez/16	VOTORANTIM	6.460	3,2788
Jul/16 a Set/16	Out/16 a Dez/16	BRADESCO	5.489	3,2900
			<u>11.949</u>	<u>3,2840</u>

No período de nove meses findo em 30 de setembro 2016 foi reconhecida uma perda líquida de R\$ 4.913 (ganho de R\$ 33.199 em 30 de setembro de 2015).

(c) Swap de taxas de juros - CDI x US\$

Os "swaps" de taxa de juros são liquidados conforme o seu vencimento estipulado no contrato. A taxa de juros dos "swaps" corresponde à taxa de certificado de depósito interbancário. Em 30 de setembro de 2016, a taxa média contratada do CDI foi de 120,23% (116,13% em 31 de dezembro 2015). A Companhia irá liquidar os contratos pelo valor líquido da diferença entre as taxas de juros e a variação cambial.

Instrumentos derivativos designados para contabilização de proteção (*hedge accounting*)

A partir de 1º de junho de 2015, a Companhia efetuou a designação formal de suas operações sujeitas à contabilização de proteção (*hedge accounting*) para os instrumentos financeiros derivativos para proteção de empréstimos denominados em moeda estrangeira, os quais compreendem todos os contratos de “*swaps*”, documentando:

- O relacionamento do hedge;
- O objetivo e estratégia de gerenciamento de risco da Companhia em contratar a operação de hedge;
- A identificação do instrumento financeiro;
- O objeto ou transação de cobertura;
- A natureza do risco a ser coberto;
- A descrição da relação de cobertura;
- A demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura, quando aplicável; e
- A demonstração prospectiva da efetividade do hedge.

As posições dos instrumentos financeiros derivativos designados como hedge de fluxo de caixa em aberto em 30 de setembro de 2016 estão demonstradas a seguir:

Instrumento designados como Hedge de fluxo de caixa – controladora / consolidado

	Objeto de Proteção	Moeda de referência (Notional)	Valor de referência (Notional)	Valor da Curva	Valor Justo (1)	Outros resultados abrangentes	
						Ganho (Perda) acumulada	Ganho (perda) no trimestre
Swap de moeda - US\$/R\$	Moeda	BRL	257.836	(44.814)	(40.543)	(4.271)	(2.412)

- (1) O método de apuração do valor de mercado utilizado pela Companhia consiste em calcular o valor futuro com base nas condições contratadas e determina o valor presente com base em curvas de mercado, extraídas da BMF&BOVESPA.

A Companhia designa como hedge de fluxo de caixa os instrumentos financeiros derivativos utilizados para compensar variações decorrentes de exposição de câmbio, no valor de mercado de dívidas contratadas, diferente da moeda funcional.

As variações no valor justo dos derivativos caracterizados como hedge de fluxo de caixa são reconhecidas no patrimônio líquido como outros resultados abrangentes e são reclassificadas para o resultado nos períodos em que a operação objeto do hedge é realizada.

Quando um instrumento de hedge deixa de cumprir os critérios para hedge accounting a perda ou ganho acumulado no patrimônio líquido será integralmente revertido para o resultado se a operação prevista também estiver reconhecida no resultado.

Em 30 de setembro de 2016, os instrumentos designados como hedge de fluxo de caixa totalizavam US\$ 79.427 de valor “*notional*” R\$ 257.836. Foi reconhecida em “outros resultados abrangentes” no período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016 uma perda líquida de R\$ 4.271 (R\$ 6.840 em 30 de setembro de 2015), e no resultado financeiro uma perda de R\$ 92.225 (para o mesmo período de 2015 ganho líquido de 110.249).

32 PLANO DE OPÇÃO DE COMPRA DE AÇÕES

Em 03 de novembro de 2006, os acionistas da Companhia, em Assembleia Geral Extraordinária, aprovaram as condições gerais do Plano de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Plano”), detalhadas a seguir.

Estabeleceu-se no Plano que poderão ser beneficiários do Plano os administradores, empregados e prestadores de serviço da Companhia (“Beneficiários”). Ainda, foi determinado que as opções outorgadas não excederão o percentual de 3,5% (três e meio por cento) do total de ações do capital da Companhia existentes na data de sua concessão, acrescidas das ações existentes caso todas as opções concedidas nos termos do Plano houvessem sido exercidas. Uma vez exercida a opção pelo Beneficiário, as ações correspondentes são objeto de emissão por meio de aumento do capital da Companhia. Também podem ser oferecidas opções de compra de ações existentes em tesouraria.

O plano deve ser administrado pelo Conselho de Administração ou, por opção deste último, por um Comitê composto por 3 membros, sendo pelo menos um deles necessariamente membro (titular ou suplente) do Conselho de Administração. O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, terá amplos poderes, respeitados os termos do Plano e, no caso do Comitê, as diretrizes do Conselho de Administração da Companhia para a organização e administração do Plano e das outorgas de opções, podendo, inclusive, a qualquer tempo, (i) alterar ou extinguir o Plano; (ii) estabelecer a regulamentação aplicável aos casos omissos; (iii) prorrogar, mas nunca antecipar, o prazo final para o exercício das opções vigentes; e (iv) antecipar o prazo de carência para o exercício das opções vigentes.

O Conselho de Administração ou o Comitê, conforme o caso, pode criar, periodicamente, Programas de Opção de Compra de Ações da Companhia (“Programas”), onde serão definidos: (i) os beneficiários, (ii) o número total de ações da Companhia objeto de outorga; (iii) o preço de aquisição; (iv) o prazo inicial de carência durante o qual a opção não poderá ser exercida; (v) os prazos e as datas limite para o exercício da opção, bem como as datas em que os direitos decorrentes da opção expirarão, observadas as hipóteses previstas no Plano; (vi) eventuais restrições às ações recebidas pelo exercício da opção; e (vii) disposições sobre penalidades.

Quando outorgadas opções no âmbito do Plano, cada Beneficiário deve celebrar com a Companhia um Contrato de Outorga de Opção de Compra de Ações, o qual contém as condições específicas e individuais de cada outorga, como a quantidade de ações que o Beneficiário tem direito de adquirir com o exercício da opção, o preço de exercício e o prazo no qual as opções podem ser exercidas.

Em 27 de novembro de 2014 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um programa que totaliza até 1.756.000 opções de compra de ações ("Plano 2014"), divididas em dois lotes iguais.

A Companhia adquiriu as ações para o Programa 2014 a um preço médio de R\$ 14,57. O primeiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2016 e o segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017. O preço de exercício do primeiro e do segundo lote, corrigido pelo IGPM a partir de 27 de novembro de 2014 é de R\$ 2,59.

Houve uma queda na quantidade de opções, referente ao Plano de 2014 e Planos anteriores, num total de 524.000 e 65.990, respectivamente, em função da redução dos beneficiários ou cancelamento dos planos correspondentes a tais opções. Consequentemente, houve a transferência da reserva de opções para a reserva de lucros dos valores reconhecidos até o momento referente a tais opções, no valor de R\$ 2.176.

Adicionalmente, no mês de setembro de 2016, foram exercidas 298.700 opções, referente ao lote 1 do Plano de 2014, pelo valor de R\$ 774, sendo utilizado as ações correspondentes em tesouraria. Consequentemente, foram efetuadas as baixas das ações em tesouraria e da reserva de opções correspondentes, nos valores de R\$ 4.352 e R\$ 260, respectivamente, com efeito líquido na reserva de lucros, no valor de R\$ 3.318.

Em consequência dos eventos acima descritos, o plano de 2014 contempla atualmente 933.300 opções em aberto:

Programa 2014								R\$ Mil	
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 30/09/2016	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 30/09/2016	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2016	
1	317.300	2,30	2016	2,59	27/11/2014	0,8606	276	-	
2	616.000	2,30	2017	2,59	27/11/2014	1,0116	623	(204)	
									(204)

Considerando que as opções do em aberto referentes ao Plano de 2014 fossem exercidas em 30 de setembro de 2016, o efeito no patrimônio líquido seria uma redução de R\$ 11.181 conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de Aquisição pela companhia	Preço em 30/09/2016	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano 2014/Lote 1	317.300	14,57	2,59	3.801
Plano 2014/Lote 2	616.000	14,57	2,59	7.380
				11.181

Em 30 de junho de 2016 foi aprovado em reunião do Conselho de Administração um novo programa que totaliza 1.350.000 opções de compra de ações (“Plano 2016”), divididas em três lotes iguais:

Programa 2016								R\$ Mil
Lote	Qtd. Opções em Aberto em 30/09/2016	Preço Exercício	Ano Exercício	Preço corrigido pelo IGPM até 30/09/2016	Data Outorga	Preço Opção	Vlr Total Opção	Despesa Aprop em 2016
1	450.000	1,44	2018	1,45	30/06/2016	0,1533	69	(11)
2	450.000	1,44	2019	1,45	30/06/2016	0,2200	99	(10)
3	450.000	1,44	2020	1,45	30/06/2016	0,2889	130	(9)
								(30)

A Companhia adquiriu as ações para o Programa 2016 a um preço médio de R\$ 14,57. O primeiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2018, o segundo lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019 e o terceiro lote poderá ser exercido no período de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2020. O preço de exercício do primeiro, segundo e terceiro lote, corrigido pelo IGPM a partir de 30 de junho de 2016 é de R\$ 1,45. Considerando que as opções em aberto fossem exercidas em 30 de setembro de 2016, o efeito no patrimônio líquido seria uma redução de R\$ 5.904 para cada lote, conforme abaixo:

Plano/Lote	Ações em aberto por lote	Preço de Aquisição pela companhia	Preço em 30/09/2016	Despesa da Companhia por lote referente ao custo de aquisição
Plano 2016/Lote 1	450.000	14,57	1,45	5.904
Plano 2016/Lote 2	450.000	14,57	1,45	5.904
Plano 2016/Lote 3	450.000	14,57	1,45	5.904

33 TRANSAÇÕES NÃO ENVOLVENDO CAIXA

Durante o período de nove meses findo em 30 de setembro de 2016, a Companhia realizou as seguintes atividades que não envolveram movimentação de caixa e, portanto, essas não estão refletidas na demonstração dos fluxos de caixa:

- O montante de R\$ 3.256 pela aquisição de imobilizado não havia sido pago em caixa e equivalentes de caixa no final do período do relatório;
- O montante de R\$ 5.734 referente a integralização de capital em investida mediante a cessão de recebíveis, conforme nota 12.e.